

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
FACULDADE DE LETRAS**

**CAMILA CANALI DOVAL**

**ESCRITURA FEMININA E DESGARRADA**

**Porto Alegre  
2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
FACULDADE DE LETRAS**

**CAMILA CANALI DOVAL**

**ESCRITURA FEMININA E DESGARRADA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração Teoria da Literatura/Escrita Criativa pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio de Assis Brasil

**Porto Alegre  
2012**

CAMILA CANALI DOVAL

**ESCRITURA FEMININA E DESGARRADA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração Teoria da Literatura/Escrita Criativa pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Luiz Antonio de Assis Brasil (Orientador) - PUCRS**

---

**Prof. Dra. Márcia Ivana de Lima e Silva - UFRGS**

---

**Prof. Dra. Noelci Fagundes da Rocha (Sissa Jacoby) - PUCRS**

Porto Alegre, janeiro de 2012.

*Para o meu pai, Antonio;  
para a minha mãe, Ligia;  
para a minha irmã, Natália;  
e para o meu irmão, Cristiano.  
Porque tudo que eu faço e sou é de vocês.*

## AGRADECIMENTOS

A melhor parte. É tanta gente para eu agradecer. Cada palavra escrita nesta dissertação é resultado do meu existir em relação a essas pessoas.

Agradeço **meus pais** pelo primeiro livro que leram para mim, e por toda literatura com a qual me fizeram; literatura que descobri primeiro nas estantes da minha própria casa. Agradeço por viverem os meus sonhos sem hesitar. Agradeço por serem o amor em constante movimento, faiscante, inspirador – vida.

Agradeço a minha irmã **Nati** por ser a minha irmã. Eu não criaria outra palavra para descrevê-la. E não acredito que seja suficiente para defini-la.

Agradeço a minha amiga **Tatiane** por estar aqui pra mim até quando nem eu mesma estive. Ela me esperou porque eu voltaria.

Agradeço a minha amiga **Mellissa** por cruzar o oceano para estar aqui neste momento. Porque tinha de ser neste momento.

Agradeço as minhas amigas **Anna, Joseane e Paloma** por serem o meu mestrado. Juntas não alcançamos a margem – somos travessia.

Agradeço a minha amiga **Juliana** por derrubar o suco de laranja em mim. Duas vezes e daqui pra frente.

Agradeço a **Luh** por ter se tornado a Luh na minha vida.

Agradeço a **Lucila** por tomar parte disso.

Agradeço o **Enéias** por estar escrevendo o capítulo a partir de duas palavras.

Agradeço – sempre – a minha amiga **Carolina** pelo “te inscreve de uma vez, guria.” Então eu estou aqui.

Agradeço a equipe do **Notícias FALE** por dois anos do trabalho que eu queria.

Agradeço o professor **Sérgio Bellei** pelo primeiro dia de aula do mestrado numa segunda-feira de manhã – quando entendi o que eu estava fazendo.

Agradeço a professora **Sissa Jacoby** pelas “nossas mulherzinhas” desgarradas.

E agradeço, como agradei desde o primeiro dia de oficina de criação literária, desde a primeira rasura num texto meu, e como eu agradecerei toda vez que eu me autorrasurar e crescer, o professor **Luiz Antonio de Assis Brasil** pelo olhar sensível à essencialidade que busco na palavra escrita. Ele me disse quando eu ainda não sabia.

∞

*Naturalmente, se esse era o seu hábito e esse o seu deleite, ela só poderia esperar que rissem dela; e, consoantemente, diz-se que Pope, ou Gay, a satirizou "como uma **literata** com ânsias de escrevinhar".*

Virginia Woolf

## RESUMO

Esta dissertação é composta de um ensaio teórico e de uma obra de criação ficcional. O ensaio teórico tem como principal objetivo discutir a hipótese de existência de uma escritura feminina na forma de marcas textuais. A discussão parte de questões acerca de autoria e referência na linguagem escrita, colocadas desde Saussure até a crítica feminista, mas sem a intenção de traçar uma linha do tempo entre eles, apenas concatenando pensamentos que suportem a concretude da diferença. A obra de criação ficcional tem como resultado uma novela construída a partir da experiência da autora como mulher e alimentada pela teoria que acompanhou a sua construção.

**Palavras-chave:** Escrita. Escrita feminina. Crítica feminista. Escrita criativa.

## ABSTRACT

This dissertation consists of a theoretical essay and a work of fictional creation. The theoretical essay's main objective is to discuss the hypothesis of a female writing as it appears in the form of textual marks. The discussion starts with questions about authorship and references in the written language, as it has been discussed since Saussure up to the feminist criticism. The intention is not to draw a timeline between them, but concatenate thoughts that support the concreteness of difference. The work of creation results in a fictional novel built from the author's experience as a woman and nourished by the theory that have accompanied its construction.

**Key words:** Writing. Feminine writing. Feminist criticism. Creative writing.

## SUMÁRIO

<b>PARTE I</b> <i>ensaio teórico</i>	
<b>Escritura feminina e desgarrada</b> .....	<b>10</b>
<b>1 SER A ESCRITA: UMA INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 A ESCRITA DA LINGUAGEM: SAUSSURE</b> .....	<b>14</b>
<b>3 A ESCRITA É A LINGUAGEM: DERRIDA</b> .....	<b>20</b>
<b>4 O SER ESCRITO: BENVENISTE</b> .....	<b>28</b>
<b>5 O AUTOR DA ESCRITURA E A ESCRITURA DO AUTOR</b> .....	<b>39</b>
<b>6 LITERATAS COM ÂNSIAS DE ESCREVINHAR</b> .....	<b>45</b>
<b>7 SEJAMOS <i>ELA</i></b> .....	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>70</b>
<b>PARTE II:</b> <i>criação ficcional</i>	
<b>Desgarrada</b> .....	<b>72</b>

## **PARTE I**

### **Escritura feminina e desgarrada**

*Ensaio teórico*

## 1 SER A ESCRITA: UMA INTRODUÇÃO

Escrever não é um ato de linguagem natural do ser humano. Natural no sentido de simplicidade, intimidade, constância. É possível a existência sem uma linha escrita ou mesmo um rabisco. Papel, caneta, lápis e computador são estrangeiros ao corpo. Adquirimos linguagem, não necessariamente escrevemos, mas sempre nos *expressamos*, pois disto é feito o ser humano: colocar-se no mundo das maneiras que estiverem ao seu alcance. Em pesquisa anterior, sobre a construção do sujeito através da escrita de blogs, com base na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, afirmei que

Sempre foi assim. A história do homem é feita de linguagem: ela se constrói através do inevitável diálogo entre um *eu* que só se comprova diante de um *tu*. Seja política ou religião, guerra ou arte, ódio ou amor, todos os grandes temas do homem são linguagem e por ela se propagam em existência. O homem quer sempre se expressar; quer sempre marcar o outro com o que é, para conceber-se realmente *sendo* (DOVAL, 2010, p. 220).

Para os que dominam a escrita, o ato de grafar materialmente o pensamento torna-se um poderoso instrumento de *ser*. A fala se desfaz assim que pronunciada; dizemo-nos, e neste instante não há mais nada, nunca mais será possível nos dizer da mesma forma. Em nosso conflito com o desaparecimento, recriamo-nos em novos atos de linguagem, sendo a escrita aquele que permanece. Conforme o mesmo estudo anterior,

O desejo de ser visto através das palavras é o desejo de deixar algo de si para o sempre. O homem existe *na* e *pela* linguagem. Ele se registra e, por que não, se oficializa *na* e *pela* escrita. Para isso, carrega documentos, compara assinaturas, escreve a próprio punho. O homem não quer ser anônimo: quer tocar o outro, para existir através dele. O homem é inteiro linguagem (DOVAL, 2010, p. 229).

Não me estenderei pela teoria da enunciação, pois não é o foco deste ensaio e tampouco se trata da minha especialidade. O que diz respeito à minha pesquisa consta principalmente do artigo de Benveniste intitulado “Da subjetividade na linguagem”, publicado em 1958, no qual o linguista discorre sobre sua noção de sujeito e de uso da língua. A proposta de Benveniste sobre a subjetividade na

linguagem é importante para este trabalho, pois pode ser estendida à escrita, conforme demonstrou a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Magali Endruweit na tese de doutorado intitulada *A escrita enunciativa e os rastros da singularidade*. A tese de Endruweit traz uma hipótese inédita de “escrita enunciativa” e foi o ponto de partida desta dissertação.

No primeiro momento deste trabalho, apresentarei a clássica discussão sobre a legitimidade da escrita, presente desde Platão. Dela, seguirei para a questão da autoria, conseqüente e fundamental na ordem dos atos enunciativos: do que falamos ao falarmos de autor? Há marcas de subjetividade na escrita? O autor, afinal, morreu?

Num próximo passo, relacionarei a questão da autoria com a da referência, inevitável ao se tratar de linguagem escrita e, em especial, de linguagem escrita literária: os rastros de subjetividade que perseguimos num texto nos levam a um mundo e a um sujeito real?

Percorrendo o traçado que proponho entre escrita, escrita enunciativa, autoria e referência, trago, quase ao fim da discussão teórica, o problema principal que me concerne dentro do tema da linguagem escrita: a mulher. Se há uma escrita enunciativa, conforme afirma Endruweit em sua tese, essa enunciação abarca gênero? Há, nos textos, marcas de uma subjetividade que pode ser identificada como feminina? O quanto importa o sexo da mão que escreve?

Tais perguntas encaminham esta pesquisa para o seu ponto final, uma hipótese discutida com afincamento por teóricas feministas pelo mundo: há uma escrita feminina discernível nas marcas subjetivas dos textos escritos por mulheres?

Esta dissertação tem seu objetivo em lançar hipóteses, e a principal é acreditar na existência da escrita feminina como marca textual. Na realidade linguística falocêntrica em que estamos inseridos, o pronome *ele* diz culturalmente de homens e mulheres: todos nós cabemos em *ele*. Mas, num caminho inverso, o pronome *ela* pode ser preenchido por um homem? Um homem pode escrever-se ou mesmo ler-se em *ela* da mesma forma que qualquer mulher escreve-se e lê-se em *ele*?

Porque são questões que me levam a refletir durante a leitura de obras de autoria feminina e por ser assim que me sinto em relação a minha própria escrita,

escrevo este texto. Ele é fruto não só da minha trajetória acadêmica; surge de uma vida inteira entrelaçada à escrita como função de *estar na existência*, e toma corpo, nesta dissertação, pelas teorias que concretizaram meus anseios.

Como parte final do meu trabalho de conclusão do mestrado, há – ainda e sobretudo – uma produção ficcional. Não faria sentido chegar até aqui sem ela.

Não há respostas aqui. Nem as quero. O ponto de interrogação é sinal marcado neste teclado que (não) repousa em meu colo, tecla mais desgastada, e também mais sensível ao meu toque. Sem dúvida alguma, sou as perguntas que faço, não as respostas que obtenho.

## 2 A ESCRITA DA LINGUAGEM: SAUSSURE

Este *escrito* que apresento tem a ver em primeiro lugar com a própria escrita. Embora almeje alcançar o tema da escrita feminina, não é de gênero que trato aqui, nem de feminismo, nem de sujeito e sociedade, mas de tudo isso também.

*Escrita* tem a ver em primeiro lugar com língua. Ferdinand de Saussure dedicou uma parte dos seus cursos de Linguística Geral para dialogar com os alunos sobre a “representação da língua pela escrita”. No livro *Curso de Linguística Geral* (cuja autoria é dada a Saussure, embora não tenha sido escrito por ele, mas, sim, editado a partir de anotações de aula dos seus alunos), o mestre genebrino expõe sobre a “necessidade de estudar este assunto”, pois “conquanto a escrita seja, por si, estranha ao sistema interno, é impossível fazer abstração dum processo por via do qual a língua é ininterruptamente representada; cumpre conhecer a utilidade, os defeitos e os inconvenientes de tal processo” (SAUSSURE, 2006, p. 33).

*Escrever* tem a ver em primeiro lugar com linguagem e com o desejo inerente ao homem de *ser* através dela. O homem significa para existir e isso se dá pelos usos que faz da língua, seja da forma que lhe é mais natural – a fala; seja de uma forma *defeituosa* e *inconveniente* – a escrita. O próprio Saussure em algum momento viu-se impelido a escrever, e hoje, através da descoberta e da análise de seus manuscritos, sabe-se que ele o fez obsessivamente.

Seguindo um pensamento que em muito lhe precede, Saussure lutou contra a artificialidade da escrita, mantendo-a prisioneira de um jogo de presença/ausência nas entranhas de sua teoria em construção. O linguista elegeu a *langue* em detrimento da *parole*, a fim de isolar o uso individual e privilegiar o estudo do sistema que o permite, submetendo a escrita a um limbo. Uma das formas de acompanhar o raciocínio de Saussure é sublinhar o que diz o *Curso de Linguística Geral*, doravante denominado pela sigla CLG ou simplesmente *Curso*: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras” (SAUSSURE, 2006, p. 15).

O parágrafo introdutório do *CLG* que se propõe a explicar as causas do “prestígio da escrita” demarca a suposta antipatia de Saussure por ela. O que poderia parecer, à primeira vista, tratar-se de uma exclusão, desfaz-se através de leitura apurada, capaz de comprovar que a escrita *está* no *Curso* e nele não poderia fazer maior presença do que com sua pretensa ausência:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto (SAUSSURE, 2006, p. 34).

*Melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto.* Por que Saussure é tão duro com a escrita — e também com a fotografia — associando-as à espécie de cópia distorcida do real? O pensamento que relaciona a escrita à deturpação da realidade nos remete a dois autores que precedem o linguista genebrino: a Jean-Jacques Rousseau, ao afirmar que “a escritura não é senão a representação da fala; é esquisito preocupar-se mais com a determinação da imagem que do objeto” (apud DERRIDA, 1973, p. 33), e, ainda mais anteriormente, a Platão:

Sócrates — O maior inconveniente da escrita parece-se, caro Fedro, se bem julgo, com a pintura. As figuras pintadas têm atitudes de seres vivos mas, se alguém as interrogar, manter-se-ão silenciosas, **o mesmo acontecendo com os discursos: falam das coisas como se estas estivessem vivas, mas, se alguém os interroga, no intuito de obter um esclarecimento, limitam-se a repetir sempre a mesma coisa.** Mais: uma vez escrito, um discurso chega a toda a parte, tanto aos que o entendem como aos que não podem compreendê-lo e, assim, nunca se chega a saber a quem serve e a quem não serve. Quando é menoscabado, ou justamente censurado, **tem sempre necessidade da ajuda do seu autor, pois não é capaz de se defender nem de se proteger a si mesmo** (PLATÃO, 2000, p. 122, grifos meus).

Em *Fedro*, Sócrates acusa a escrita da mesma função representativa inócua da pintura, tal qual Saussure faz ao comparar escrita e fotografia. A imagem produzida pelo pintor, escritor ou fotógrafo é cópia distorcida do real, que dissemina um falso testemunho, fadado ao vazio da não compreensão. Mas por que o medo atroz da

impossibilidade — e da incapacidade — de defesa? Do que é tão necessário que o discurso se defenda? O que significa defender-se a si mesmo?

A resposta pode estar no próprio Saussure e em sua teoria mais cara, a do valor linguístico. Tratar do valor é tratar do absurdo da língua, daquilo que escapa sempre, daquilo que, por ilusão, alguns pensam que a fala (a presença do corpo) é capaz de dominar, e a escrita é incapaz de conter. Entre o homem e o mundo sempre há a língua; sempre, mas não simplesmente, como verificamos no *Curso*:

Para certas pessoas, a língua reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras (...) ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade (2006, p. 79).

Esse trecho do *CLG* se refere à língua, não à fala nem à escrita. A princípio, Saussure descartou a observação da fala por tratar-se de língua posta em movimento pelo falante e, dessa forma, ele excluiu o sujeito dos seus estudos, por questão de recorte — de definição de objeto a fim de estabelecer uma ciência.

Entretanto, dentro da afirmação de que *está bem longe da verdade* supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples encontra-se o usuário da língua em plena atividade. Movimentar-se na linguagem não é nomear o mundo; é *significá-lo*. Uma afirmação basilar encontrada na teoria saussuriana diz que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (2006, p. 16), ou seja, para qualquer lado que olhemos, temos o sujeito dia a dia modificando — e *criando* e *recriando* — a língua no próprio uso que faz dela. Portanto, o sujeito não está à parte da fundação da Linguística; está à espreita, pronto para o devir.

A partir do mais básico conceito de signo apresentado pelo *CLG*, “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (2006, p. 80), embute-se na discussão uma das mais célebres metáforas saussurianas, a qual muito bem descreve o movimento do sujeito na linguagem:

Tomemos um cavalo; será por si só um elemento do jogo? Certamente que não, pois na sua materialidade pura, fora de sua casa e das outras condições do jogo, não representa nada para o jogador e **não se torna elemento real e concreto senão quando revestido de seu valor e fazendo corpo com ele**. Suponhamos que, no decorrer de uma partida, essa peça venha a ser destruída ou extraviada: pode-se substituí-la por outra equivalente? Decerto: não somente um cavalo, mas uma figura desprovida de qualquer aparência com ele será declarada idêntica, **contanto que se lhe atribua o mesmo valor**. Vê-se, pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com regras determinadas, **a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente** (2006, p. 128, grifos meus).

Portanto, por mais que a arbitrariedade do signo linguístico seja, no *CLG*, “o princípio primeiro de estudo da língua” (2006, p. 81), e que um significante linguístico, desta forma, nunca corresponda a um elemento do mundo real, o sujeito jamais é apartado do movimento de significar, pois o uso é a cola que une significante a significado.

O segredo da teoria linguística está nos modos de ver (pontos de vista) o uso que se faz da língua, e assim o próprio *Curso* vai ampliando e aprofundando os conceitos que lança:

Além disso, a ideia de valor, assim determinada, **nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com certo conceito**. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise os elementos que encerra (2006, p. 132, grifo meu).

Claudine Normand, linguista estudiosa de Saussure, a respeito desse caráter de arbitrariedade da língua, afirma:

(...) dentre os jogos possíveis, a língua apresenta o caráter particular de **remeter a outra coisa diferente de si**, ao mundo que se encontra **pensado nessa mediação**, remete para essa qualidade misteriosa de **colocar em relação** que ela partilha com outras instituições que Saussure denomina “instituições semiológicas”, ou seja, sistemas de signos arbitrários dentre os quais ela tem um lugar à parte (2009, p. 66, grifos meus).

*Outros sistemas*, entre eles, a escrita, que também não se refere diretamente ao mundo, ela *o pensa no processo de mediação*. Eis um ensinamento que convém

buscarmos em Saussure e levarmos adiante: observar o sistema em primeiro lugar; partir do todo para encontrar o individual.

É com este material que Saussure trabalhou: um sistema vivo, mutável, que se refere a si mesmo e significa a partir de valores emanados das relações que o constituem. As coisas do mundo precisam da expressão do sujeito – a nossa expressão – para existir; nós *significamos* o mundo no exato momento em que o *enunciamos*. Isso é fundamental para seguir adiante.

Assim, aprofundando a leitura do *CLG* no que se refere à escrita (percurso que aqui tem como inspiração a tese 2006 da professora Magali Endruweit), podemos tomá-la igualmente como um sistema de signos, da mesma forma que a própria língua. Se, para Saussure, escrita é mera representação da língua, para quem trabalha com linguagem literária, produzindo ou estudando – ou simplesmente *lendo* – escrever é a possibilidade de *transcender* a língua. Seria essa discussão apenas uma questão de ponto de vista?

No texto do *Curso*, Saussure compara a escrita à fotografia, no intuito de depreciar a primeira, ao final do mesmo parágrafo em que afirma que “língua e escrita são dois sistemas distintos de signos” (2006, p. 34). Não posso deixar de considerar, então, que ele não excluiu a escrita da Linguística pelo mesmo motivo que excluiu a fala. A escrita não é apenas uso individual da língua, visto que se trata de um sistema de signos *assim como* a língua. O horror à pena insinua algo mais, além.

No livro *Escritos de lingüística geral*, edição da pilha de manuscritos de Saussure descoberta em 1996, o linguista menciona novamente a fotografia:

Um excêntrico chamado Boguslawski anunciou, há pouco tempo, numa cidade da Rússia, a abertura de uma exposição de um novo gênero: eram 480 retratos fotográficos representando todos a mesma pessoa, ele, Boguslawski, exatamente na mesma pose. Durante vinte anos, com uma regularidade admirável, no primeiro e no décimo quinto dia de cada mês, esse homem devotado à ciência ia à casa de seu fotógrafo e, agora, ele podia fazer o público aproveitar o fruto acumulado de seus esforços. Eu não preciso lhes dizer que, nesta exposição, tomando-se duas fotografias contíguas quaisquer, tinha-se o mesmo Boguslawski, mas que, tomando-se a nº 480 e a nº 1, tinha-se dois Boguslawski (2002, p. 137).

Destaco que nesse manuscrito Saussure usa outra metáfora envolvendo o mesmo elemento – a fotografia – para descrever o exato oposto do que está no *CLG*. Neste, o linguista acredita ser melhor verificar o próprio rosto do que uma fotografia a fim de obter a *verdade*; nos *Escritos*, ele conclui que apenas a imagem fotográfica é capaz de transmitir a transformação que Boguslawski sofreu no decorrer dos vinte anos. Mais do que isso, só a imagem é capaz de *significar* essa transformação, pois pela fala não seria possível exprimi-la com a mesma força e verdade – criada, sim, mas não recriada nem representada – no *aqui* e *agora* da visão da primeira e da última fotografia lado a lado.

Mantendo sempre em vista o que vimos em Saussure, é preciso seguir adiante nos caminhos da escrita, redescobrimo-la além da representação. A língua é expressão da linguagem; linguagem é força de significação do homem. Escrita é expressão da linguagem *também*.

### 3 A ESCRITA É A LINGUAGEM: DERRIDA

Aceito a exclusão da escrita por Saussure, após verificar no livro que ele *nunca escreveu* essa ausência transbordante de presença. Aceito-a diante do aglomerado de folhas mais tarde encontradas em sua casa, escritas a próprio punho, rastros de sua busca incessante por significar. Aceito-a ao deparar-me com seus estudos dos anagramas, aos quais se dedicou com fervor, e que no mínimo comprovam que a escrita nunca esteve fora de seus anseios.

Fora, exterior. *Exterioridade* é uma palavra que paradoxalmente se encontra no cerne da questão da escrita. Platão, Rousseau, Lévi-Strauss, Saussure, entre tantos, deportam a escrita do coração da linguagem, ao mesmo tempo em que se movimentam nela de forma incessante.

Jacques Derrida, por sua vez, afirma que “O fora mantém com o dentro uma relação que, como sempre, não é nada menos do que simples exterioridade. O sentido do fora sempre foi no dentro, prisioneiro fora do fora, e reciprocamente” (1973, p. 43). A exclusão praticada por toda uma linhagem de pensadores não é ingênua nem tampouco radical, pois se eles desconhecessem que a pena, ao mesmo tempo em que escraviza o pensamento à folha, cria, no vaivém da tinta, um sentido novo e além do pensado, não escreveriam, não se colocariam *também* ali.

Para Derrida, “uma ciência da linguagem deveria reencontrar relações naturais, isto é, simples e originais, entre a fala e a escritura, isto é, entre um dentro e um fora” (1973, p. 43). É *do homem* o estabelecimento de fronteiras, mesmo que imaginárias, para organizar a sua compreensão do mundo. Limitar, organizar, definir, trata-se de movimentos que, conforme Derrida, empobrecem a força da significação, mas que são, quase sempre, os primeiros passos do homem em direção ao desconhecido.

Na obra *Gramatologia*, Derrida questiona a exclusão do sujeito na teoria de Saussure e põe em discussão ponto a ponto o *Curso de Linguística Geral*. O filósofo da desconstrução afirma que Saussure apartou a língua da fala, pois “a cientificidade da lingüística tem, com efeito, como condição, que o campo linguístico tenha fronteiras rigorosas, que este seja um sistema regido por uma Necessidade interna e que, de

uma certa maneira, sua estrutura seja fechada” (DERRIDA, 1973, p. 40). Entretanto, o CLG privilegia um estudo sincrônico da língua, e o hoje *ainda é o tempo eterno do sujeito*. Derrida lê este movimento de Saussure:

Mas não simplifiquemos: existe também, sobre este ponto, uma inquietude de Saussure. Sem isso, por que daria ele tanta atenção a este fenômeno externo, a esta figuração exilada, a este fora, a este duplo? Por que julga ele “impossível fazer abstração” do que é entretanto designado como o próprio abstrato em relação ao dentro da língua? (1973, p. 41).

Embora alunos linguistas ainda se abstenham de abordar a escrita como objeto de estudo, sob suposta determinação do mestre genebrino, outros souberam identificar em sua teoria uma porta aberta para o sujeito e o uso que ele bem faz da língua. É uma questão de leitura, tão cara à própria definição de escrita. A escrita está no *Curso de Linguística Geral*, está nos *Escritos de Linguística Geral*, está em Saussure por qualquer ponto de vista que se olhe e, como ele mesmo sabia desde sempre, a escrita é linguagem. É pela observação atenta do jogo de presença/ausência da escrita na teoria saussuriana que Derrida afirma:

é justamente quando não lida expressamente com a escritura, justamente quando acreditou fechar o parêntese relativo a esse problema, que Saussure libera o campo de uma gramatologia geral. Que **não somente não mais seria excluída da lingüística geral, como também dominá-la-ia e nela a compreenderia**. Então percebe-se que o que havia sido desterrado, o errante proscrito da lingüística, nunca deixou de perseguir a linguagem como sua primeira e mais íntima possibilidade. Então, algo se escreve no discurso saussuriano, que nunca foi dito e que não é senão **a própria escritura como origem da linguagem** (1973, p. 53, grifos meus).

São três momentos, portanto, que esta dissertação percorre: à primeira vista a escrita foi excluída pelo fundador da Linguística; à segunda vista, um pouco além, o jogo de ausência/presença da escrita no *Curso de Linguística Geral* revela uma escrita representativa, concernente ao estabelecimento da ciência e inferior a ela, posto que prisão necessária do pensamento; e, por fim, deparo-me com a violência do estilhaço que a tese da professora Magali Endruweit, precursora deste trabalho, aponta:

Eleger a escrita como objeto de estudo significa estender o olhar para a exclusão. Trata-se de um excluído do centro de interesse da lingüística, mas que sempre margeou seu caminho, pois a escrita como representação foi útil para a ciência. **O que foi deixado de lado foi o “estilhaço” de uma escrita enunciativa** (2009, p. 105, grifo meu).

Endruweit destaca que paralelamente às aulas do curso de linguística geral que ministrou de 1906 a 1909, Saussure dedicou-se aos estudos dos anagramas citados acima. Conforme a professora narra em sua tese:

Há ainda a face mais oculta de Saussure: os *Anagramas*. Talvez a aura de mistério que ronda os *Anagramas* seja devido à possibilidade de exceder o discernível da língua. **A busca por encontrar um lugar para o que “sobra” atribuiu as pesquisas anagramáticas ao domínio da literatura, franqueando a existência de um funcionamento estranho ao discernível.** Mas independente do modo como entendemos a relação da língua com os anagramas, uma afirmação permanece: a escrita é a via de acesso aos anagramas (ENDRUWEIT, 2009, p. 106, grifo meu).

Tal afirmação equivale a dizer que Saussure *vivia* a escrita; não a escrita fonética ou representacional a qual o *Curso* se refere, mas a escrita que diz respeito à subjetividade — *defeituosa e inconveniente*. Para Derrida,

É no sistema de língua associado à escritura fonético-alfabética que se produziu a metafísica logocêntrica determinando o sentido do ser como presença. Este logocentrismo, esta *época* de plena fala sempre colocou entre parênteses, *suspendeu*, reprimiu, por razões essenciais, toda reflexão livre sobre a origem e o estatuto da escritura natural. É este logocentrismo que, ao limitar através de uma má abstração o sistema interno de língua em geral, impede a Saussure e à maior parte de seus sucessores a determinação plena e explícita do que tem como nome o “objeto integral e concreto da linguística” (1973, p. 53).

Eis o problema enfim colocado. O que se esconde na escrita ao mesmo tempo renegada e abraçada pelo pai da Linguística? O que ela liberta? O que nos diz da linguagem? O que nos diz de nós mesmos? É preciso — é necessário — saber da escrita, do *ato de escrever*, para então falar de escritor, leitor, livro, literatura. É preciso saber da escrita para abrir esta página em branco e digitar. É preciso saber da escrita para *escrever, escrevê-la e escrever-me*.

Daí se é possível voltar a Derrida e sua noção de que escritura como origem da linguagem:

**Em todos os sentidos desta palavra, a escritura *compreenderia a linguagem*.** Não que a palavra “escritura” deixe de designar o significante do significante, mas aparece, sob uma luz estranha, que o “significante do significante” não mais define a reduplicação acidental e a secundariedade decaída. “Significante do significante” descreve, ao contrário, o movimento da linguagem: na sua origem, certamente, mas já se pressente que uma origem, cuja estrutura se soletra como “significante do significante” arrebatava-se e apagava-se a si mesma na sua própria produção (1973, p. 8, grifo meu).

O que significa, após toda uma herança de exclusão e reclusão da escrita, afirmar que ela *compreende* a linguagem? Quais as origens e consequências desse pensamento radical, que ao mesmo tempo inverte e desloca fundamentos da ciência cartesiana, a ciência que atribui a fala à razão e, portanto, à verdade?

Para Derrida, há uma transformação iminente no problema da linguagem. Ao mesmo tempo em que (e tudo é ao mesmo tempo em Derrida) é importante compreender o movimento do problema da linguagem, é fundamental conhecer de que escrita o filósofo fala. A escrita, em Derrida, excede a extensão da linguagem, e é por ele denominada *escritura*. Muitos teóricos e estudiosos optam por utilizar o termo *escritura* no lugar de *escrita*, como forma de demarcar através da linguagem esse *além*. A pesquisadora Leyla Perrone-Moisés, a respeito do uso do termo por Barthes, explica:

Não cabe aqui discutir todas as implicações da noção de escritura em Barthes. Digamos apenas que, para Barthes, a escritura é a escrita do escritor. Nesta *Aula*, ele propõe o uso indiferenciado de literatura, escritura ou texto, **para designar todo discurso em que as palavras não são usadas como instrumentos, mas postas em evidência (encenadas, teatralizadas) como significantes**. Toda escritura é portanto uma escrita; mas nem toda escrita é uma escritura, no sentido barthesiano do termo. (...) Nada obriga a distinguir, como proponho, escrita de escritura; mas as razões acima expostas convidam a fazê-lo, na tradução de textos franceses recentes, de autores como Barthes, Lacan, Derrida, Sollers, ou em textos teóricos brasileiros que a eles se refiram (1999, p. 77, grifo meu).

Esse *colocar as palavras em evidência como significantes* é uma noção fundamental para se pensar a escrita além de uma função representacional da língua.

Fundamental também para se compreender a lógica desconstrutivista de Derrida que coloca a escrita como origem da linguagem. Para o filósofo, a hierarquia constitutiva das estruturas é sempre geradora de tensão, e esta tensão por sua vez gera conflitos necessários e inerentes a elas. É crucial enxergar essa hierarquia, em que um conceito é sempre entendido como sendo superior a outro (um conceito central em oposição a outro – ou outros – marginal), pois ela, assumida ou não, é imposta, e a imposição gera necessariamente algum tipo de violência e, potencialmente, um conflito. Entram, a partir daqui, dois momentos necessários à desconstrução, que devem ocorrer simultaneamente, do contrário geram o que quase sempre presenciamos: uma ilusão de movimento, ainda estagnação.

O primeiro momento é a *inversão* da hierarquia estabelecida, e o segundo é o *deslocamento* da estrutura invertida para *outro lugar*. O deslocamento é um movimento concomitante à inversão, e imprescindível, pois, caso ele não se realize, haveria apenas um falso movimento, em que um elemento toma o lugar do outro e a estrutura segue a mesma. Um novo conceito só pode surgir da simultaneidade dos atos.

Assim, ao inverter e deslocar o conceito de escritura em oposição à supremacia da fala, Derrida o faz exceder, transbordar, o conceito de linguagem. Isso se inicia a partir da definição dos dois tipos de escritura:

A escritura, no sentido corrente, é letra morta, é portadora de morte. Ela asfixia a vida. De outro lado, sobre a outra face do mesmo propósito, venera-se a escritura no sentido metafórico, a escritura natural, divina e viva; ela iguala em dignidade a origem do valor, a voz da consciência como lei divina, o coração, o sentimento, etc. (DERRIDA, 1973, p. 20).

O conceito de escrita excluído do *CLG* diz respeito à primeira definição, ao óbito da alma, do sentido. Essa lógica se dá da seguinte forma: no primeiro momento, cada vez que uma palavra é pronunciada atua como o *significante principal* do significado ou sentido. No segundo momento, esse significante pode ser fixado à forma escrita, considerado, assim, menor ou secundário, e é dessa forma que se estabeleceu que a palavra escrita é o *significante do significante* – corpo estranho, acidental, exterior à linguagem.

No processo de desconstrução da linguagem, é desse conceito de escrita que Derrida parte. O seu primeiro passo é a inversão: o filósofo transforma em positivo o aspecto de *significante do significante*, demonstrando que a origem é já e sempre um significante do significante. A escrita repete a estrutura da origem; ela é a própria linguagem. Conforme as palavras de Derrida:

A escritura é a dissimulação da presença natural, primeira e imediata do sentido à alma no *logos*. Sua violência sobrevém à alma como inconsciência. Assim, desconstruir esta tradição não consistirá em invertê-la, em inocentar a escritura. Antes, em mostrar por que a violência da escritura não *sobrevém* a uma linguagem inocente. Há uma violência originária da escritura **porque a linguagem é primeiramente, num sentido que se desvelará progressivamente, escrita**. A “usurpação” começou desde sempre. O sentido do bom direito aparece num efeito mitológico de retorno (1973, p. 45, grifo meu).

A inversão do *significante do significante* como origem da linguagem gera uma surpresa: a abolição do significado por si próprio. Não há um sentidos já-postos que possam ser referenciados; há sempre um rastro de sentido, representa-se — ou ao menos se pretende representar — sempre algo que não mais está lá.

Essa contestação do sentido já dado é uma ideia presente no *Curso* através da noção de valor. Derrida desloca a estrutura ao inverter a hierarquia significado-significante, pois feito esse movimento descobre-se que não há significado; há significantes referindo significantes infinitamente — há escritura.

É vertiginoso chegar a esse local em que o significado transcendental é abolido, pois não há como não *tremar* diante do vazio que se precipita sobre tudo o que pensamos e exercemos até aqui. Mas abolir o significado ainda não se trata de todo deslocamento. Não havendo mais significado, Derrida conclui que também não há significante, pois num sistema de diferenças ele precisa ocupar um lugar *em relação a*. Mas o que há, então? Há, conforme Derrida, o *rastro*. :

A evidência tranqüilizante na qual teve de se organizar e ainda tem de viver a tradição ocidental seria então a seguinte: a ordem do significado não é nunca contemporânea, na melhor das hipóteses é o avesso ou o paralelo sutilmente defasado — o tempo de um sopro — da ordem do significante. E o signo deve ser a unidade de uma heterogeneidade, uma vez que o significado (sentido ou coisa, noema ou realidade) não é em si um significante, um *rastro*: em todo caso, não é constituído em seu sentido por sua relação ao rastro possível. A

essência formal do significado é a *presença*, e o privilégio de sua proximidade ao *logos* como *phoné* é o privilégio da presença (1973, p. 22).

Ao inverter – e eliminar – significado e significante, Derrida assume o rastro como alternativa, já que, dentro do sistema, cada significante traz em si o rastro de todos os significantes que não ele:

Daqui pra frente, não é mais à tese do arbitrário do signo a que apelaremos diretamente, mas sim àquela que lhe é associada por Saussure como um correlato indispensável e que nos parece fundamentá-la: a tese da *diferença* como fonte de valor lingüístico? (DERRIDA, 1973, p. 64).

Retoma, com isso, a noção de sistema posta por Saussure, pois numa cadeia de significantes, um significante é o que é *à luz de suas relações de diferença* com os outros significantes; um significante sempre carrega os rastros dos significantes que não é, *sua característica mais exata é ser o que os outros não são*. As coisas não precedem os significantes, não existem em si mesmas antes de entrar num sistema de diferencialidade; e é esse sistema o que vem primeiro.

Essa *diferencialidade* é também deslocada para o termo que Derrida estabelece como *différance*, ou seja, o *jogo da linguagem*, ou seja, a escritura:

Aqui, será necessário pensar que a escritura é o jogo da linguagem. (O *Fedro* condenava exatamente a escritura como jogo – *paidia* – opunha esta criancice à séria e adulta gravidade (*spoudè*) da fala). Este jogo, pensado como a ausência do significado transcendental, não é um jogo *no mundo*, como sempre o definiu para o *conter*, a tradição filosófica e como pensam também os teóricos do jogo (...) É pois o *jogo do mundo* que é preciso pensar *primeiramente*: antes de tentar compreender todas as formas do jogo do mundo (1973, p. 61).

A escritura como jogo é algo que não se pode conter. Quando a temos em mãos, *nas nossas próprias mãos*, ela nunca está lá. Quando a retomamos, e a lemos, ela é outra. Porque jamais estará contida na linguagem, jamais representará a língua de forma passiva, amordaçada pelas margens, apunhalada pela pena. Escrevemos, mas não temos a escrita. Embora presença física, embora o *quase-tocar*, a palavra posta é sempre rastro, mero rastro de um rastro que sempre já se desfez. O que vale como sentido absoluto da escritura é o momento mesmo da escrita, o *escrevendo* – morto no exato findar de cada traço.

Escrever, para mim, envolve dois movimentos que às vezes me soam contraditórios e não sei como uni-los de forma racional, porque totalmente instintivos: o *escrevendo*, ato, movimento, enunciação; e o *escrever-se*, autorreferência, existir *na e pela* linguagem.

O *escrevendo*, relacionado à enunciação, entendo pela teoria de Benveniste, lingüista que procedeu a Saussure através da sua leitura do *Curso de Linguística Geral*, em que recoloca o sujeito – na forma do *uso* da língua – como questionamento da Linguística. A partir desse retorno do sujeito, mas em sua forma linguística – verificada nas marcas de subjetividade presentes no texto – é que penso a escritura como movimento enunciativo, atualização da língua pelo sujeito; e acato, assim, a possibilidade de uma *escrita enunciativa*, conforme defende Magali Endruweit.

O *escrever-se* penso como a impossibilidade mesma da escritura e sua função principal. Como tratar da questão da referência após entender que os significados só se produzem no *escrevendo*? Como admitir a presença de marcas de subjetividade tendo em vista que a linguagem se refere a ela mesma? O que é do sujeito que escreve, enquanto escreve? Quais são as regras desse *jogo*?

#### 4 O SER ESCRITO: BENVENISTE

Na primeira parte deste texto, a escrita — do impossível da língua — ficou à espera, imbuída num sujeito à espreita. Ela retorna, aqui, através da possibilidade de uma *escrita enunciativa*, delineada a partir da Teoria da Enunciação de Benveniste. Conforme Valdir Flores e Marlene Teixeira, dois professores que trabalham com profundidade a teoria de Benveniste, “Refletindo sobre questões de interlocução, intersubjetividade, tempo e lugar, essas teorias [da enunciação] buscam preencher as lacunas da linguística pelo argumento de que o estudo semântico dos enunciados é insuficiente quando não se leva em conta a enunciação” (1995, p. 20). Benveniste lê o CLG sob o ponto de vista do *sujeito*, e eis o marginal trazido de volta — o sujeito, aquele que residia na exterioridade da língua, uma exterioridade, conforme Derrida, tão dentro quanto o próprio dentro. Afirmam os professores:

**A teoria saussuriana do valor foi relida por Benveniste a partir da idéia de uso.** Parece, então, possível insistir que a dicotomia língua/fala tem outro estatuto na teoria benvenistiana, embora não contrário ao que formulou Saussure. Em Benveniste, não se trata mais de distinguir língua e fala, mas de ver que a língua comporta a fala e vice-versa. E talvez isso esteja, mesmo que de forma embrionária, no próprio *Cours*, quando Saussure aborda as relações sintagmáticas como pertencentes ao discurso, no capítulo V da Segunda parte. Talvez tenha sido precisamente esse realinhamento das noções de língua/fala que Benveniste tenha feito a partir da leitura do *Cours*. Se Saussure concedia à língua um status de maior relevância, **Benveniste coloca de novo a fala na ordem do dia** (FLORES; TEIXEIRA, 2009, p. 82, grifos meus).

Benveniste apropria-se do que bebeu no CLG e questiona: o que é do *sujeito*? E vai além: o que é do sujeito *enunciando*? O discípulo quer saber do uso, do movimento; não do significado participio, posto, enunciado e morto, mas do *significando* e do *significar-se*, da enunciação viva que carrega nas entranhas a existência humana. Para Benveniste, “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (1995, p. 286).

Mas Benveniste, mesmo partindo em busca do uso da língua, não vai ao encontro do sujeito psicanalítico, composto de carne, espírito e contradições. O

linguista se interessa pelas *marcas* desse uso, pelo que há do sujeito em cada atualização da língua no aqui-agora irrepitível da enunciação, e extrapola, assim, o pensamento saussuriano:

É claro, portanto, o clima adverso com o qual se deparou Benveniste, quando da proposta para incluir os estudos da enunciação e por eles os da subjetividade no objeto da lingüística, tendo por base o mesmo estruturalismo saussuriano. Pois, se de um lado Benveniste mantém-se fiel ao pensamento de Saussure — na justa medida em que conserva concepções caras ao saussurianismo, tais como estrutura, relação, signo — por outro apresenta meios de tratar da enunciação ou, como ele mesmo diria, do *homem na língua*. **Esta é a inovação de seu pensamento: supor sujeito e estrutura articulados** (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 30, grifo meu).

Segundo Flores e Teixeira, há alguns eixos temáticos essenciais para a compreensão da obra de Benveniste. O primeiro é o da *(inter)subjetividade na linguagem*. Para Benveniste, há dois níveis de significação na linguagem, o semiótico e o semântico. O nível semiótico tem o *signo* como unidade e “corresponde ao nível ‘intralingüístico’ em que cada signo é distintivo, significativo em relação aos demais, dotado de valores opositivos e genéricos e disposto em uma organização paradigmática (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 31), ou seja, o nível semiótico de Benveniste remete à concepção de língua proposta por Saussure. Conforme os autores, “Desse ponto de vista, não interessa a relação do signo com a coisa denotada nem da língua com o mundo” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 31).

O nível semântico “resulta da atividade do locutor que coloca a língua em ação” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 31) e tem a *palavra* como unidade. Flores e Teixeira ressaltam, ainda, a diferença entre os dois níveis em relação à questão da referência:

No semiótico, ela está ausente; no semântico, é definidora do sentido porque este se caracteriza pela relação entre as ideias expressas sintagmaticamente na frase e a situação de discurso. A conclusão decorrente é que Benveniste, ao propor um nível de significado que engloba referência aos interlocutores, apresenta um modelo de análise da enunciação em que os interlocutores referem e co-referem na atribuição de sentido às palavras. Essa distinção possibilita o entendimento da categoria de pessoa dos conceitos de intersubjetividade e de enunciação, básicos em sua teoria (2005, p. 32).

A intersubjetividade coloca em contraste as pessoas *eu* e *tu*, relação sem a qual não é possível a enunciação — o movimento *na* língua. Enunciar-se *eu* em relação a *tu* é proclamar-se sujeito no momento mesmo da enunciação, nunca antes nem depois; nunca igual, embora sempre o mesmo. Assim como os sentidos não preexistem à linguagem, e, sim, significam *nela*, os sujeitos apenas existem no ato de dizer-se *eu*, na ação de apropriar-se do sistema *língua* e atualizá-lo, constituindo um evento que eternamente se inaugura, pois nunca já aconteceu e nunca acontecerá outra vez.

Essa enunciação é sempre tentativa do *eu* de reter o *ser*. Para isso, dá-se somente diante de *tu*. *Tu* é a condição única e plena de *eu*. A tal ponto que somente *eu* torna-se *tu* e somente *tu* pode tornar-se *eu*. Trata-se, aqui, da *enunciação* conforme Benveniste:

**A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste.** Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade — que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco — ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. (...) Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* sempre tem uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição “interior/exterior”, e ao mesmo tempo são reversíveis. Procure-se um paralelo para isso: não se encontrará nenhum. Única é a condição do homem na linguagem (1995, p. 286, grifo meu).

A linguagem é ainda mais do que a natureza do homem; ela *é* o homem, é sua origem e sua morte. O homem não existe antes dela nem pode existir depois: ele existe *enquanto* ela. E não somente assim. O homem é *na* e *pela* linguagem, e sempre, inadiavelmente, diante do *outro*:

Inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando

com outro homem. E a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 1995, p. 284).

Não me estendo pela teoria da enunciação, pois, além de não ser o foco deste ensaio, seu entendimento está aquém da intenção desta pesquisa. A parte que me diz respeito consta principalmente do artigo de Benveniste intitulado *Da subjetividade na linguagem*, de 1958, em que ele discorre sobre sua noção de sujeito e de uso da língua. A sua proposta de subjetividade é importante para esta pesquisa, pois pode abarcar a escrita, conforme apresenta a professora Magali Endruweit em sua tese de doutorado, após avaliar o processo de exclusão da escrita da teoria saussuriana. Para ela,

A tentativa de regularização excluiu a *Escrita* que tem a ver com enunciação, e a escrita como regularidade. No entanto, ambas retornam com variados nomes. Aquela que diz do **excedente** encontra lugar na literatura, na poesia; a que diz do **regular** conserva-se no quadro da lingüística e tem seu lugar nas teorias destinadas ao ensino e à aquisição da escrita (ENDRUWEIT, 2006, p. 14, grifos meus).

Em ambas as escritas identificadas por Endruweit, encontra-se – ou escapa? – o rastro do sujeito. Mas de que sujeito Benveniste fala? O que se pode captar desse sujeito pelo viés da Teoria da Enunciação? Como se manifesta essa subjetividade? Segundo o linguista,

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo), mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, **essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem.** É “ego” que diz ego. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo status lingüístico de “pessoa” (BENVENISTE, 1995, p. 286, grifo meu).

Benveniste fala do sujeito lingüístico, aquele que se apropria da língua toda para enunciar-se, preenchendo, no momento em que o faz, as formas vazias presentes no sistema, tais como os pronomes.

Os pronomes são uma categoria fundamental para a teoria do linguista, que o pôde notar a partir de suas meticolosas pesquisas sobre as línguas do mundo:

Os próprios termos dos quais nos servimos aqui, *eu*, e *tu*, não se devem tomar como figuras mas como formas lingüísticas que indicam a “pessoa”. É notável o fato – mas, familiar como é, quem pensa em notá-lo? – de que entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região que ela seja, não faltam jamais os “pronomes pessoais”. Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível (BENVENISTE, 1995, p. 287).

É inconcebível não haver demonstração de pessoa nas línguas, porque, como visto até aqui, o homem é linguagem, e se apropria da língua para enunciar-se sujeito. Mas, anteriormente ao ato de atualizar a língua, de dizer-se *eu*, de *enunciar*, não há sentido nas palavras nem há referência nos pronomes. A questão da referência é, ainda, crucial para o entendimento do funcionamento da linguagem. Conforme Benveniste,

Poder-se-á dizer, então, que *eu* se refere a um indivíduo particular? Se assim fosse, haveria uma contradição permanente admitida na linguagem, e anarquia na prática: como é que o mesmo termo poderia referir-se indiferentemente a qualquer indivíduo e ao mesmo tempo identificá-lo na sua particularidade? Estamos na presença de uma classe de palavras, os “pronomes pessoais”, que escapam ao status de todos os outros signos da linguagem. A que, então, se refere o *eu*? Algo de muito singular, que é exclusivamente lingüístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância do discurso na qual *eu* designa o locutor que se enuncia como “sujeito”. **É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua** (1995, p. 288, grifo meu).

*Algo de muito singular, ato de discurso individual, instância do discurso, exercício da língua.* Sim, o sujeito está na língua, dela depende tanto quanto ela depende dele, pois não há outro momento para ambos senão o da enunciação.

O segundo eixo proposto por Flores e Teixeira se refere à concepção de um aparelho formal da enunciação. Segundos os professores, “Benveniste concebe uma oposição entre a lingüística das formas e a da enunciação” (2005, p. 35). A primeira

descreve as regras responsáveis pela organização sintática da língua. A segunda pressupõe a primeira e tem como objeto de estudo o ato:

Esse ato é o próprio fato de o locutor relacionar-se com a língua com base em determinadas formas linguísticas da enunciação que marcam essa relação. Enunciar é transformar individualmente a língua — mera virtualidade — em discurso. A semantização da língua se dá nessa passagem. A enunciação, vista desse prisma, é produto de um ato de apropriação da língua pelo locutor, que, a partir do aparelho formal de enunciação, tem como parâmetro um locutor e um alocutário. É a alocação que instaura o outro no emprego da língua (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 35).

Nas palavras de Benveniste (1989, p. 82), “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”.

É aqui que ressurge a escrita. Se para Benveniste o fundamento da subjetividade está no exercício da língua, e se para a linguagem importa o sujeito exercendo a língua, a escrita se coloca também e perfeitamente como esse *algo de muito singular, ato de discurso individual, instância do discurso, exercício da língua*. É o próprio Benveniste quem a resgata, ao final do seu artigo *O aparelho formal da enunciação*:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. (...) Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Essa se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem (1989, p. 90).

Esqueço, a partir de agora, o receio de Saussure, a inconformidade de Rousseau, o desprezo de Platão por uma escrita que aprisiona sujeito, sentidos e língua, para repensar o ato de escrever como uma fascinante forma de enunciação. Sobre a subjetividade na linguagem, diz Benveniste: **“Se quisermos refletir bem sobre isso, veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo”** (1995, p. 288, grifo meu). Não há, portanto, como Derrida evidenciou, uma supremacia da língua falada sobre a língua escrita. Nada justifica esse pensamento. O sujeito se constrói na língua para existir, e esse testemunho não pode ser unicamente vinculado à fala; seria

um conceito pobre, limitado, incompleto, visto que o homem significa *inclusive* em silêncio. Conforme Endruweit conclui em sua tese,

A possibilidade de captar a *Escrita* de um sujeito, uma sincronia de enunciação, emergindo de uma diacronia, em nada se afasta das lições de Saussure registradas no CLG. Lembremo-nos que para ele *tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala* (p. 115), pelo individual que faz evoluir a língua. É a enunciação que possibilita o surgimento de novos sentidos, o aparecimento das marcas do sujeito, enfim, de seu estilo. De um estilo *que é o sujeito, que é a Escrita* (2006, p. 17).

Saussure afirmou que língua e escrita são dois sistemas de signos, e essa afirmação, ao mesmo tempo em que inclui a escrita em sua teoria, justifica a sua aversão. Um sistema de signos distinto da fala, que não dominamos tão *naturalmente* quanto ela, não pode causar outra coisa senão medo. Se escrita fosse mera representação fonética, seria, a princípio, mais simples dominá-la em comparação à fala; mas, a respeito desta hipótese, qualquer um de nós pode afirmar *exatamente o contrário*.

Conforme Flores e Teixeira, um tema central para a Teoria da Enunciação é a *referência*. Central, também, para o rumo desta pesquisa. De acordo com os pesquisadores, Benveniste “inclui a referência nos estudos lingüísticos, mas é de uma referência ao sujeito e não ao mundo que se trata aqui” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 36). Ainda para Flores e Teixeira,

ao falarmos, estabelecemos *uma certa relação com o mundo*, mas mediada, na opinião de Benveniste, pelo sujeito. Não é uma relação qualquer, ela é, pois, dependente da enunciação. Se assim não fosse, teríamos de admitir que a língua é uma nomenclatura superposta à realidade. Contrariamente a isso, o uso da língua é sempre instaurador de sentidos (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 37).

Por isso a intersecção entre a Teoria da Enunciação de Benveniste e as conclusões de Derrida a respeito do rastro móvel, excedente, inapreensível. As marcas linguísticas do sujeito são as pistas de sua existência, mas jamais o alcançamos, o tocamos, porque quando estamos diante delas, ele não está mais lá. O que nos resta é o mundo enunciado por ele:

Mas o que significa tratar de referência? Significa colocar esse termo em relação à interação de um homem com outro homem, entre a língua e o homem, mas não entre a língua e o mundo. As palavras em Benveniste referem-se sempre ao eu e não à realidade, pois o autor coloca a enunciação na língua, por isso, trata-se de referência ao sujeito que enuncia. Segundo Benveniste, nós usamos a língua para falar do mundo através do sujeito, sempre excluindo a referência ao mundo (2006, p. 111).

Philippe Lejeune, teórico literário que atua no gênero autobiográfico, em seu estudo acerca do pacto autobiográfico levanta uma discussão importante sobre o conceito de referência em Benveniste:

(...) Benveniste justifica de la siguiente manera, económicamente, el empleo de esta primera persona que carece de referencia fuera de su propia enunciación: "Si cada hablante, para expresar el sentimiento que posee de su subjetividad irreductible, dispusiera de un indicativo distinto (en el sentido en que cada emisora de radio posee su indicativo propio) habría prácticamente tantas lenguas como individuos y la comunicación resultaría imposible." Extrañas hipótesis, ya que Benveniste parece olvidar que **este indicativo distinto existe, y es la categoría léxica de los nombres propios (los nombres propios que designan a personas): hay casi tantos nombres propios como individuos.** Naturalmente, ese no es un aspecto de la conjugación del verbo, y Benveniste tiene razón al subrayar la función económica del yo: pero al olvidarse de articularla en la categoría léxica de los nombres de personas, convierte en incomprensible el hecho de que cada uno, al utilizar el yo no se pierde sin embargo en el anonimato y es siempre capaz de enunciar lo que tiene de irreductible al nombrarse (2008, p. 51, grifo meu).

O autor analisa que, na enunciação, cada um se nomeará *eu*, "(...) pero para cada uno ese yo envía a un nombre único que uno siempre podrá enunciar. Toda las identificaciones (fáciles, difíciles o indeterminadas) sugeridas antes a partir de las situaciones orales, **llevan fatalmente a convertir la primera persona en un nombre propio**" (LEJEUNE, 2008, p. 51, grifo meu). A particularidade aqui, é que este comentário se dá em relação ao texto autobiográfico, cuja referência é explícita ao *escritor* do texto.

Entretanto, mesmo com o pacto firmado desde a capa de um livro de autobiografia, é direta a relação que se estabelece entre o *eu* linguístico e o mundo real? Para Foucault,

Não é possível fazer do nome próprio uma referência pura e simples. O nome próprio (tal como o nome do autor) tem outras funções que não apenas as indicadoras. É mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para uma descrição. (...) O nome próprio e o nome do autor encontram-se situados entre os pólos da descrição e da designação; têm seguramente alguma ligação com o que nomeiam, mas nem totalmente à maneira da designação, nem totalmente à maneira da descrição: ligação específica. No entanto — e daqui derivam as dificuldades particulares do nome do autor com o que nomeia, não são isomórficas e não funcionam da mesma maneira (FOUCAULT, 2006, p. 43).

No que posso compreender até aqui, assinado ou não, compactado ou não, um texto escrito trata sempre de um enunciado cujas referências só despertam no ato mesmo de enunciação, renovado na leitura.

Assim, após constatararmos com Saussure que a escrita é um sistema de signos, com Derrida que a escrita compreende a linguagem, e, enfim, com Benveniste que a escrita é uma forma de enunciação, faz-se possível a proposta de Endruweit a respeito de uma escrita enunciativa:

Desse modo, ao enunciar-se — o que inclui a escrita — o locutor mobiliza uma outra enunciação de retorno. Partindo, então, da noção de pessoa é possível entender a *Escrita*, resultado do escrever, como capaz de fazer aparecer o trabalho do sujeito na língua, *por um ato individual de utilização* (2006, p. 115).

Nesta escrita enunciativa, temos presente, da mesma forma, tanto a questão da intersubjetividade quanto o que concerne à referência. Também na escrita:

A categoria de pessoa, como vimos, é o fundamento lingüístico da intersubjetividade e a sua referência é ao “eu”. (...) Assim, os dêiticos, embora possuam um lugar na língua, são categorias vazias e subjetivas porque, sendo signos concretos, somente adquirem estatuto pleno na e pela enunciação de “eu”. (...) A esfera não-subjetiva ou objetiva da língua também tem estatuto lingüístico, mas, nesse caso, de não-pessoa. O fato de Benveniste considerar que esses signos relacionam-se a uma realidade objetiva não autoriza a ver aí uma realidade ontológica, **mas uma referência à própria língua.** (...) Em “O aparelho formal da enunciação”, de 1970, o sistema de referenciação é visto como um elemento constitutivo da língua, ou seja, a referência é um termo integrante da língua na sua totalidade, o qual é agenciado pelo sujeito e deste depende para ter sentido. **Assim, o centro de referência passa a ser apenas um: o sujeito e sua enunciação** (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 40, grifos meus).

Enquanto as categorias de pessoa então representadas em *eu/tu*, a categoria objetiva, de não-pessoa, diz respeito a *ele*. Conforme Endruweit demonstra, a enunciação é trinitária:

Vimos com Benveniste a impossibilidade de existir uma língua sem expressão de pessoa; dizendo “eu” falo de mim e ao mesmo tempo designo um “tu” que não pode ser pensado fora dessa situação proposta a partir do “eu”. Se “tu” é pessoa pela possibilidade de vir a ser “eu”, o mesmo não ocorre com “ele”, visto somente ser enunciado fora da relação “eu” e “tu”. Benveniste entende a forma de não-pessoa como o “ausente” dos gramáticos árabes, concluindo que as duas primeiras pessoas não estão no mesmo plano que a terceira, pois é *questionável a legitimidade dessa forma como pessoa* (2006, p. 119).

Conforme o *Dicionário de Linguística da Enunciação*, a não-pessoa é a “face objetiva da língua”, o “modo de enunciação possível para as instâncias não pessoais” (FLORES et al, 2009, p. 174). Assim, Benveniste denomina a terceira pessoa de não-pessoa “porque entende que há uma diferença de natureza e de função entre as pessoas, eu/tu, e a não-pessoa, ele. Na língua, tudo que não é de domínio de eu-tu, pertence ao domínio do ele, da não-pessoa” (FLORES et al, 2009, p. 174). “Ele” é a pessoa não-subjetiva que, conforme Benveniste, “é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente. Mas atenção, não se deve representar a terceira pessoa como uma pessoa apta a despersonalizar-se. Ela é a não-pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica especificamente o ‘eu’ e o ‘tu’” (1995, p. 253). A categoria de não-pessoa é entendida como pressuposto para que a relação intersubjetiva ocorra.

Tomando como base os conceitos de pessoa e não-pessoa, subjetividade e intersubjetividade, pronomes e referência, é possível compreender a hipótese que Magali Endruweit traz de funcionamento desse aparelho formal de enunciação aplicado à escrita:

Desse desdobramento do terceiro termo, a “coisa” predicada por “ele” pode ser apreendida sob dois pontos opostos: a) uma ausência representada pela presença, uma memória, a presença de muitas ausências, b) uma ausência radical, irrepresentável no campo da presença — o “nenhum sujeito” de Benveniste. Assim, o “ele” representado carrega junto consigo um “ele” cuja ausência radical seria impossível de captar, não fosse a possibilidade de escrevê-lo, *depois barrá-lo*, criando uma nova díade dentro da estrutura trinitária, isto é,

“ele/ele”. Não há, portanto, presença na escrita do “~~ele~~” (2006, p. 124).

A principal diferença que se impõe ao buscar compreender o funcionamento da enunciação escrita é a possibilidade da relação entre *eu* e *tu* se dar no *aqui* e *agora*:

Mas como trocar de lugar com o “tu” e garantir por contraste nossa presença comum no presente? O “aqui” e o “agora” do “eu” passa a não ser mais inversível com o “tu”, já que o interlocutor não está presente. (...) Para a Escrita apenas o “eu” está no presente, já que escreve a um “tu” ausente da cena enunciativa. Semelhante ao “ele”, o “tu” marca-se por uma presença-ausência, mescla-se com ela até o ponto de deslizar em direção ao “ele/ele”. É por isso que a Escrita enlaça-se com a ausência, dirigindo-se a um “tu” impossibilitado de lhe ser copresente, precipita-se para o “ele”, o *eco ensurdecido* do “~~ele~~”. De resto, é o que não pode ser escrito o que nos faz escrever, e o que é mostrado designa aquilo que não é mais (ENDRUWEIT, 2006, p. 126).

Embora aqui se coloque que *eu* escreve a um *tu* ausente da cena enunciativa, há sempre a presença de *tu*, mesmo que *tu* também seja *eu*. Conforme Benveniste, há sempre possibilidades, como, por exemplo, o monólogo, que “procede claramente da enunciação” e “deve ser classificado, não obstante a aparência, como uma variedade do diálogo, estrutura fundamental.” Para o linguista, “O ‘monólogo’ é um diálogo interiorizado, formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor e um eu ouvinte”. Trata-se, conforme ele, de uma modalidade de diálogo em que “EGO ou se divide em dois, ou assume dois papéis” (BENVENISTE, 1989, p. 87). Ora, escritores podem não ter *um leitor definido*, mas em geral preveem *ao menos um leitor*, mesmo que seja ele mesmo, que se torna leitor do próprio texto, mal termina de escrevê-lo.

A escrita se dá, assim, em diferentes *aqui* e *agora*: um no momento em que o escritor escreve — *eu* enunciando e fazendo-se sujeito, *escrevendo*; outro no momento em que o leitor lê — *tu* tomando o lugar de *eu* e fazendo-se sujeito por sua vez, e a cada leitura diferente, outro, novo, irrepitível: “A leitura instaura, portanto, um fazer que não é passividade. Há uma reapropriação *no* escrito do outro, uma interlocução que se faz no momento presente da leitura” (ENDRUWEIT, 2006, p. 126).

Na *escrita*, nos apropriamos da língua toda para *enunciarmos* e, assim, *existirmos*. Na *leitura*, tomamos os pronomes e os preenchemos, num ato individual de atualização da língua, que igualmente se chama *enunciar*. *Escrevendo* e *lendo*, nos colocamos na linguagem, nos fazemos *sujeitos*.

## 5 O AUTOR DA ESCRITA E A ESCRITA DO AUTOR

Ao compreender a escrita como enunciação, é possível concluir que o sujeito não precede a sua escrita; ele se faz *nela* e *por* ela, à medida que escreve. Mas o que é desse sujeito escrevendo? O que ele deseja ao escrever? Por que escreve? É preciso definir, ou ao menos ter em vista, qual escrita se almeja. Viso a partir de agora a escrita literária, a escrita em sua forma artística, livre de objetivos *funcionais*. Para Roland Barthes,

desde que um fato é contado, para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real, isto é, finalmente, fora de qualquer função que não seja o exercício do símbolo, produz-se esse desligamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escritura começa (2004, p. 58).

Eis um fato importante na história da literatura e da crítica literária: *a morte do autor*. Para justificá-la, Barthes afirma que “O autor é uma personagem moderna” (2004, p. 58), ou seja, ele mesmo fruto da ficção da língua, retrato espelhado do seu próprio movimento de significação. O autor nasce *na* e *pela* linguagem, e é da mesma forma que morre:

Finalmente, fora da própria literatura (a bem dizer tais distinções se tornam superadas), a linguística acaba de fornecer para a destruição do Autor um instrumento analítico precioso, mostrando que a enunciação em seu todo é um processo vazio que funciona perfeitamente sem que seja necessário preenchê-lo com a pessoa dos interlocutores: **linguisticamente, o autor nunca é mais do que aquele que escreve**, assim como “eu” outra coisa não é senão aquele que diz “eu”: a linguagem conhece um “sujeito” não uma “pessoa”, e esse sujeito, vazio fora da enunciação que o define, basta para “sustentar” a linguagem, isto é, para exauri-la (BARTHES, 2004, p. 60, grifo meu).

Barthes, corroborando com a teoria de Benveniste, e ainda estendendo-a à linguagem escrita, afirma que “o escriptor moderno nasce ao mesmo tempo que seu texto” e que “outro tempo não há senão o da enunciação, e todo texto é escrito eternamente *aqui* e *agora*” (2004, p. 61). Não há referência real, no mundo real. Autor e texto não se precedem; constroem-se mutuamente na enunciação, deixam de existir findado esse movimento, e somente retornam sob novo enunciar, que se dá aos olhos do *leitor*. A escrita, dessa forma, “traça um campo sem origem — ou que, pelo menos,

outra origem não tem senão a própria linguagem, isto é, aquilo mesmo que continuamente questiona toda a origem” (BARTHES, 2004, p. 62). Barthes corrobora assim, também, com Maurice Blanchot, o qual diz:

O livro é sem autor porque se escreve a partir do desaparecimento falante do autor. Ele precisa do escritor, na medida em que este é ausência e lugar da ausência. O livro é livro quando não remete a alguém que o tenha feito, tão puro de seu nome e livre de sua existência quanto do sentido próprio daquele que o lê (2005, p. 335).

É na figura do leitor que o texto significa, quando, por sua vez, ele toma a posição de “eu” e lê/enuncia: “o leitor é tomado por uma inversão dialética: finalmente, ele não decodifica, ele *sobrecodifica*; não decifra, produz, amontoa linguagens, deixa-se infinita e incansavelmente atravessar por elas: ele é essa travessia” (BARTHES, 2004, p. 41). Para Barthes, como vemos, é posto “que o leitor é o sujeito inteiro, que o campo da leitura é o da subjetividade absoluta” e que “a leitura seria o lugar onde a estrutura se descontrola” (2004, p. 42). Partindo da posição de Barthes, fica clara a situação dialógica instaurada pela escrita, bem aos termos da teoria enunciativa de Benveniste.

Em Gilles Deleuze encontramos semelhante ideia, pois o autor afirma que “A sintaxe é o conjunto dos desvios necessários criados **a cada vez** para revelar a vida nas coisas” (1997, p. 12, grifo meu). É sempre o mesmo funcionamento se impondo: a enunciação responsável pela significação, nunca o enunciado ou a sua decifração. Para Deleuze, “Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida” (1997, p. 11). Deleuze, entretanto, vai além nesse pensar a escrita como enunciação e procura desvendar a forma de funcionamento do aparelho formal nesse contexto. Para ele, “As duas primeiras pessoas do singular não servem de condição à enunciação literária; a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu (o ‘neutro’ de Blanchot)” (DELEUZE, 1997, p. 13).

Para Blanchot, por sua vez, “Algo acontece (aos personagens) que estes só podem retomar renunciando ao poder de dizer Eu” (apud DELEUZE, 1997, p. 13), ao que Deleuze confirma: “A literatura nesse caso parece desmentir a concepção linguística que encontra nos embreantes, e especialmente nas duas primeiras pessoas,

a própria condição da enunciação” (1997, p. 13). Esse rompimento e nova ordenação do aparelho formal são discutidos mais amplamente por Blanchot em seu texto *A solidão essencial*, em que ele reafirma o caráter dialógico da escrita e retoma a questão da referência:

Escrever é quebrar o vínculo que une a palavra ao eu, quebrar a relação que, fazendo-me falar para “ti”, dá-me a palavra no entendimento que essa palavra recebe de ti, porquanto ela te interpela, é a interpelação que começa em mim porque termina em ti. Escrever é romper esse elo. É, além disso, retirar a palavra do curso do mundo, desinvesti-la do que faz dela um poder pelo qual, se eu falo, é o mundo que se fala, é o dia que se identifica pelo trabalho, a ação e o tempo (1987, p. 16).

A análise de Blanchot é essencial para a discussão que aqui se impõe:

Escrever é o interminável, o incessante. Diz-se que o escritor renuncia a dizer “Eu”. Kafka observa, com surpresa, com um prazer encantado, que entrou na literatura no momento em que pôde substituir o “Eu” pelo “Ele”. É verdade, mas a transformação é muito mais profunda. O escritor pertence a uma linguagem que ninguém fala, que não se dirige a ninguém, que não tem centro, que nada revela. Ele pode acreditar que se afirma nessa linguagem, mas o que afirma está inteiramente privado de si. Na medida em que, escritor, ele legitima o que se escreve, nunca mais pode exprimir-se e ainda menos falar para ti nem dar a palavra a outrem. Aí onde está, só fala o ser – o que significa que a palavra já não fala mas é, mas consagra-se, à pura passividade do ser (1987, p. 17).

Esta ponte entre linguística e literatura, a qual buscamos estabelecer e percorrer, também é construída por Paul De Man. Para ele,

A literatura é ficção não porque recuse de algum modo reconhecer a “realidade”, mas porque não é a priori certo que a linguagem funcione de acordo com os princípios que são os, ou que são *como* os, do mundo fenomenal. **Não é pois, certo a priori que a literatura seja uma fonte fidedigna de informação acerca seja do que for senão da sua própria linguagem** (1989, p. 30, grifo meu).

Essas afirmações não desmentem os estudos linguísticos que trouxemos no capítulo anterior, na busca pela definição de uma *escrita enunciativa*, em que a terceira pessoa, por ausente, lhe possibilita, conforme descreve Endruweit em sua tese:

É por isso que a Escrita enlaça-se com a ausência, dirigindo-se a um “tu” impossibilitado de lhe ser copresente, precipita-se para o “ele”, o *eco ensurdecido* do “ele”. De resto, é o que não pode ser escrito o que nos faz escrever, e o que é mostrado designa aquilo que não é mais (2006, p. 126, grifos meus).

A toda essa ausência causada por uma forma de linguagem que não se refere a não ser a ela mesma, Blanchot denomina *solidão*:

O “Ele”, que toma o lugar do “Eu”, eis a solidão que sobrevém ao escritor por intermédio da obra. “Ele” não designa o desinteresse objetivo, o desprendimento criador. “Ele” não glorifica a consciência em um outro que não eu, o impulso de uma vida humana que, no espaço imaginário da obra de arte, conservaria a liberdade de dizer “Eu”. “Ele” sou eu convertido em ninguém, outrem que se torna o outro, é que, no lugar onde estou, não possa mais dirigir-me a mim e que aquele que se me dirige não diga “Eu”, não seja ele mesmo (1987, p. 19).

O escritor, dessa forma, se entrega ao limbo da não-referencialidade e propõe-se a produzir uma forma de linguagem verossímil a si mesma, fazendo sua escrita flutuar entre a mobilidade dos significantes. Esse é o jogo da escrita que propõe Derrida, e no qual o escritor deve apostar todas as suas fichas. A que se refere à literatura é algo que só podemos descobrir *na e pela* leitura e nessa mistura de *pega-pega com esconde-esconde* o que encontramos do escritor e o que agarramos do mundo é sempre rastro de algo que não está lá. Sobre as regras dessa *brincadeira*, Michel Foucault afirma:

Primeiro, pode dizer-se que a escrita de hoje se libertou do tema da expressão: só se refere a si própria, **mas não se deixa porém aprisionar na forma da interioridade; identifica-se com a sua própria exterioridade manifesta**. O que quer dizer que a escrita é um jogo ordenado de signos que se deve menos ao seu conteúdo significativo do que à própria natureza do significante; mas também que esta regularidade da escrita está sempre a ser experimentada nos seus limites, estando ao mesmo tempo sempre em vias de ser transgredida e invertida; a escrita desdobra-se como um jogo que vai infalivelmente para além das suas regras, desse modo as extravasando. **Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito numa linguagem; é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito de escrita está sempre a desaparecer** (2006, p. 35, grifos meus).

É em direção a esse sujeito de escrita posto por Foucault que a parte final deste texto se encaminhará. Nele se entrecruzam as duas grandes discussões colocadas aqui: a referência da linguagem à própria linguagem e a exterioridade do sistema como parte constitutiva dele.

Afinal, como posso pensar, ao mesmo tempo, que a escrita não possui referência ao mundo real, mas, sim, ao mundo mediado pelo sujeito no ato de escrever, e que não há limites visíveis a demarcar esse dentro e esse fora? Ora, se o autor faz parte do mundo exterior à escrita, ele também constitui, de alguma forma, a entranha de seu escrito. Para Foucault, o autor é ele mesmo o limite:

Chegaríamos finalmente à ideia de que o nome do autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, **bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lho**. Ele manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos e refere-se ao estatuto desses discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura (2006, p. 45, grifo meu).

O autor, de acordo com Foucault, tem a função de uma espécie de organizador. Ele não é a fonte dos discursos que propaga através de sua escrita, mas é o responsável por arranjá-los e apresentá-los sob determinada forma. Não é a ele em pessoa que o *eu* enuncia, mas a um ele que só poderia existir sob aquele arranjo realizado à consideração de sua experiência de vida. Entre o autor de carne e osso e o *eu* textual está o escritor em sua função de determinar novos rumos e propor novos entrecruzamentos a discursos que o precedem, mas que só têm significados atualizados por esse movimento. Conforme Foucault, “Seria tão falso procurar o autor no escritor real como no locutor fictício; a função autor efetua-se na própria cisão – nessa divisão e nessa distância” (2006, p. 55).

Dessa forma, para o filósofo, o escritor é uma *função* que se coloca entre o mundo e a linguagem, essencial para que ambos signifiquem/*existam*. E dessa forma, também, importa não o que o autor é individualmente, mas importa a sua *experiência* vivendo em determinadas época e sociedade:

Resumi-los-ei assim: a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos

discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; **não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em, simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar**” (FOUCAULT, 2006, p. 56, grifo meu).

Entra, nessas posições-sujeitos citadas por Foucault, a experiência desse sujeito-autor sob aspectos concernentes à classe, raça, religião, gênero, entre tantos outros. É neste lugar entre o que o sujeito vive individualmente e a sua posição na sociedade que encontramos o escritor apto a responder pelo texto. Ainda conforme Foucault, “Em suma, trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso.” (2006, p. 70)

Ou seja, quando a referência quase se perde na imaterialidade da linguagem, pensadores como Derrida e Foucault não nos deixam esquecer que a experiência humana como ser social também se trata de linguagem, construção, discurso, e por isso, embora externa ao texto, é sua constituinte.

Mas o que exatamente toda essa discussão, entremeando linguística e literatura, sobre signos, linguagem, língua, sistema, referência, valor, enunciação, subjetividade, pronomes, sujeito e autoria, tem a ver com a proposta inicial, disposta na introdução deste texto, que questiona o quanto importa, afinal, *o gênero da mão que escreve?* Para mim, a resposta é única: não há possibilidade da experiência de ser mulher numa sociedade *falologocêntrica*<sup>1</sup> não influenciar em sua escrita.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Jacques Derrida.

## 6 LITERATAS COM ÂNSIAS DE ESCREVINHAR<sup>2</sup>

Ao definir *escrita feminina* como tema desta dissertação, muitas questões surgiram, principalmente ligadas ao ponto de vista linguístico, área da minha formação anterior, embargado por alguns dos teóricos com que me deparei neste mestrado em Teoria da Literatura. Das principais perguntas que me fiz, listo:

*Como se define a mulher sob o ponto de vista linguístico?*

*Como ser/construir-se mulher no e pelo texto?*

*Qual a relação de referência entre a mulher real e a do texto?*

*Há uma linguagem feminina?*

*Enquanto ele é tido como pronome universal (e a mulher sempre se leu nele), ela, por sua vez, é pronome especificamente feminino?*

*Como o homem lê ela? É possível ao homem ler-se nela?*

Em tempos remexidos por pensamentos foucaultianos, permito-me pensar a mulher como construção discursiva. Prevaleceu, na história da nossa sociedade, o peso do discurso que encerra a mulher na sua condição feminina. Conforme Simone de Beauvoir (1967), enquanto a mulher prendia-se na ligação com a Natureza, concretizada na intransferível função materna, o homem partia para a dominação do mundo. A autora afirma que os trabalhos domésticos encerram a mulher na repetição e na imanência, reproduzindo-se dia após dia sob uma forma idêntica e não produzindo nada de novo.

O homem, por outro lado, para apossar-se das riquezas do mundo, anexa o próprio mundo. Nessa ação, experimenta seu poder: impõem-se objetivos, projeta caminhos em direção a eles, realiza-se como existente. Para manter, o homem cria, supera o presente, abre o futuro. É clara a diferença da atitude, da forma de se mover no mundo, pois as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: entenderam criar um campo de domínio feminino —

---

<sup>2</sup> “Centenas de mulheres começaram, no decorrer do século XVIII, a contribuir para o provimento das despesas pessoais ou ir em socorro da família, fazendo traduções ou escrevendo os inúmeros romances de má qualidade que deixaram de ser registrados até mesmo nos compêndios, mas que podem ser obtidos nas caixas de quatro pence na Charing Cross Road” (WOOLF, 1967, p. 81).

reinado da vida, da imanência — para nele encerrar a mulher. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher (BEAUVOIR, 1967, p. 85).

Assim, conforme observou Derrida, a humanidade, principalmente em sua parte ocidental, desenvolveu-se em sociedades *falologocêntricas*. Antes de tudo, a linguagem é masculina, criada por homens, para homens e sobre homens; ela faz da mulher uma *estrangeira* em seu próprio meio nativo. Conforme Schmidt,

A nossa tradição estética, de base europeia, tradicionalmente definiu a criação artística como um dom essencialmente masculino. (...) **Excluída da órbita da criação, coube à mulher o papel secundário da reprodução.** Essa tradição de criatividade androcêntrica que perpassa nossas histórias literárias assumiu o paradigma masculino da criação e, concomitantemente, a experiência masculina como paradigma da existência humana nos sistemas simbólicos de representação. Na medida em que esse paradigma adquiriu um caráter de universalidade, **a diferença da experiência feminina foi neutralizada** e sua representação subtraída de importância por não poder ser contextualizada dentro de sistemas de legibilidade que privilegiavam as chamadas “verdades humanas universais” e por não atingir o patamar de “excelência” erigido por critérios de valoração estética subentendidos na expressão (pouco clara, por sinal) “valor estético intrínseco”, vigente no discurso teórico-crítico da literatura (1995, p. 184, grifos meus).

Esse paradigma masculino da criação deportou a mulher ao lugar de *outro*. Não há espaço aqui para percorrer todo o percurso dessa história, e as formas como isso se deu, mas importante é ressaltar, conforme observa Beauvoir, que, embora tenha se estabelecido essa relação de oposição entre o homem e a mulher, ela nunca se deu nos moldes da legítima alteridade, conforme explicarei melhor mais adiante. Basta, agora, termos em vista que o *outro* é sempre constituinte de *eu*, e que a *diferença* é a base dessa intersubjetividade. No caso específico da mulher, ela foi excluída do centro masculino, mas esse movimento não valorizou as diferenças entre os gêneros nem marginalizou completamente o feminino; ele foi mantido no cerne e neutralizado:

**Só há presença do outro se o outro é ele próprio presente a si; a verdadeira alteridade é a de uma consciência separada da minha e idêntica a ela.** É a existência dos outros homens que tira o homem de sua imanência e lhe permite realizar a verdade de seu ser. Mas essa liberdade alheia ao mesmo tempo confirma minha liberdade e entra em conflito com ela: é a tragédia da consciência infeliz; toda consciência aspira a colocar-se como sujeito soberano: toda consciência tenta realizar-se reduzindo a outra à escravidão (BEAUVOIR, 1967, p. 179, grifo meu).

A relação de alteridade tal como deveria ser em essência se coloca de forma semelhante à dialogia entre *eu/tu*, que possibilita a linguagem. Da mesma forma que *eu* só existe em relação a *tu*, homem e mulher *constroem-se* homem e mulher um diante do outro, pela diferença que lhes é constituinte. Conforme Beauvoir, “Desde que o sujeito busque afirmar-se, o Outro, que o limita e nega, é-lhe entretanto necessário: ele só se atinge através dessa realidade que ele não é” (1967, p. 179). Ainda, da mesma forma que ocorre na linguagem, trata-se de posições reversíveis, pois, “o escravo sente-se também como essencial e em virtude de uma reviravolta dialética é o senhor que a ele se apresenta como inessencial” (1967, p. 180).

Em condições normais, o outro deveria se fortalecer da própria condição de ser o outro e ressaltar sua diferença a fim de constituir-se um sujeito completo. A mulher, entretanto, embora tomada como o outro em diversas situações, é fatalmente absorvida pelo homem como metade constituinte do ser ideal, e vive, assim, uma existência estrangeira no cerne do seu próprio território:

Conjugado pela visão etnocêntrica e patriarcal **cuja estratégia sempre foi a redução da diferença à força do mesmo**, a nossa cultura projetou a ilusão de homogeneidade graças à ação de um violento processo de repressão, uma recusa em aceitar as marcas significantes do outro, porque tais marcas representavam uma ameaça à visão metafísica e idealizada do sujeito (SCHMIDT, 1995, p. 186, grifo meu).

Ocorre, por essa visão, que a mulher nunca se encontra no mesmo nível do homem, e o diálogo é sempre desigual, pois a reversibilidade não prevê posições desniveladas. Quando o homem fala, a mulher se sujeita a sua voz; quando a mulher fala, o homem não está mais lá para ouvir. Dessa forma, ao inserir-se na linguagem, é na linguagem do homem que a mulher adentra. As marcas do outro feminino são

consumidas e neutralizadas pelo sujeito masculino; e as marcas do sujeito masculino, por sua vez, são postas como universais. Para Schmidt,

Falar sobre a instituição “literatura” e a presença da mulher no espaço dos discursos e saberes é, pois, um ato político, pois remete às relações de poder inscritas nas práticas sociais e discursivas de uma cultura que se imaginou e se construiu a partir do ponto de vista normativo masculino, projetando o seu outro na imagem negativa do feminino (1995, p. 185).

Tal é a situação histórico-discursiva da mulher, que se reflete também na literatura. Como aponta Beauvoir,

Todo mito implica um Sujeito que projeta suas esperanças e seus temores num céu transcendente. As mulheres, não se colocando como Sujeito, não criaram um mito viril em que se refletissem seus projetos; elas não possuem nem religião nem poesia que lhes pertençam exclusivamente; **é ainda através dos sonhos dos homens que elas sonham**. São os deuses fabricados pelos homens que elas adoram (1967, p.182, grifo meu).

Enquanto isso, para o homem, “a mulher é uma realidade eminentemente poética, porquanto nela o homem projeta tudo o que não se decide a ser” (BEAUVOIR, 1967, p. 226). Constitui-se, assim, uma desequilibrada relação de alteridade, tão díspar e injusta quanto entranhada em nossa sociedade, calcada em mecanismos de neutralização de diferenças vitais, e que diz da mulher como um espelho distorcido do homem, porque o faz se enxergar sempre maior do que na realidade é.

Um desses mecanismos impostos ao feminino contribuiu particularmente para a exclusão da mulher do paradigma da criação, a Musa:

Sendo a própria substância das atividades poéticas do homem, compreende-se que a mulher se apresente como sua inspiradora: as Musas são mulheres. A Musa é mediadora entre o criador e as fontes naturais em que deve haurir. Tesouro, presa, jogo e risco, musa, guia, juiz, mediadora, espelho, a mulher é o Outro em que o sujeito se supera sem ser limitado, que a ele se opõe sem o negar. **Ela é o Outro que se deixa anexar sem deixar de ser o Outro**. E, desse modo, ela é tão necessária à alegria do homem e a seu triunfo, que se pode dizer que, se ela não existisse, os homens a teriam inventado (BEAUVOIR, 1967, p. 230, grifo meu).

Ora, o outro *que se deixa anexar* nunca será capaz de se assumir como sujeito; será sempre espelho, instrumento da definição alheia, limbo entre o que *não é* e o que *nunca chegou a ser*.

Não há aqui a intenção de servir como panfleto da causa feminista. Entendo que a desvantagem da mulher em nossa cultura não é tão simplesmente resultado de planejada e desenfreada tirania masculina. Também o homem faz parte do sistema que os envolve e, embora ocupe o lado dominante desta oposição, seu status é cristalizado, enquanto a indefinição de um espaço da mulher permite a ela a possibilidade de se mover. Convém, no entanto, não esquecer, em função das conquistas femininas atuais, o caminho percorrido até aqui. Conforme aponta Schmidt,

Na impossibilidade de reconhecer-se numa tradição literária, em que as limitações impostas pelas imagens literárias lhe apontavam o papel de musa ou criatura, o que as excluía automaticamente do processo de criação, as escritoras, especialmente as do século 19, **tiveram que lutar contra as incertezas, ansiedades e inseguranças quanto ao seu papel de autora, quanto à sua autoridade discursiva par afirmar e representar determinadas realidades, ausentes ou falseadas no espelho que a cultura lhe apresentava** (1995, p. 187, grifo meu).

É preciso que se mantenha em vista a luta dessas primeiras mulheres que se manifestaram como escritoras em meio a um contexto absolutamente repressor.

Voltando a Derrida, é possível, agora, observar a forma como ele propôs a desconstrução da mulher. “Em 1978, Derrida publicou *Éperons, les styles de Nietzsche*, em que trabalha a ideia da mulher como um indecível — aquela que carrega a não-verdade, em oposição ao homem da verdade” (RODRIGUES, s/d, p. 76). Boa parte das feministas discorda desse argumento, visto que essa *não-verdade* corrobora com as sempre polêmicas ideias freudianas de feminino como *falta* e, ainda, com o célebre aforismo lacaniano, *a mulher não existe*. Entretanto, conforme Rodrigues, “Vale a pena observar que faltas são elementos valorizados — e não desqualificados — no pensamento da desconstrução” (s/d, p. 77).

Derrida extraiu o sintagma *indecível* de um matemático, Kurt Gödel, em que ele “constata a possibilidade de construir uma afirmação que ao mesmo tempo não pode *nem* ser comprovada *nem* refutada” (RODRIGUES, s/d, p. 76). Assim, “A

mulher seria aquela que, livre da obrigação falologocêntrica de se apresentar como ‘a verdade’, carregaria na condição de não-verdade a possibilidade de significação” (RODRIGUES, s/d, p. 77). E há essa possibilidade realmente? Conforme Rodrigues,

a mulher, entendida na tradição como não-ser, não-lugar, receptáculo vazio à espera de um preenchimento que lhe forneça sentido, a mulher é, no pensamento de Derrida, aquela que sabe que não há verdade e que a verdade não tem lugar. É desse saber que surge a possibilidade de a mulher ser a verdade — porque a verdade não está em lugar nenhum, é inapreensível. Nesse movimento estariam tanto a verdade quanto a mulher, ambas impossíveis de serem apanhadas (s/d, p. 77).

Para Derrida, não é possível sustentar binarismo tais quais homem/mulher, verdade/não-verdade, pois não há fundamentos para eles. A mesma ideia temos em Beauvoir, que, em seu traçado histórico, mostra que a oposição masculino/feminino foi criada discursivamente. Rodrigues afirma que para Derrida, ao instalar-se essa ausência de fundamentos, “A mulher deixa de ser algo, definível com base na oposição ao homem, e o feminino deixa de ser entendido como oposição ao masculino. O que se abre é uma chance de pensar *mulher* como indecível” (s/d, p. 77). Em função dessa insustentabilidade, Beauvoir afirma que a mulher nunca se constituiu o *sujeito outro*, assim como ocorreu com os negros, por exemplo. A força do movimento negro provém da força com que a binaridade branco/negro se constituiu. A oposição homem/mulher, no entanto, apesar de fortemente estabelecida, deu-se e *dá-se* por processos muito complexos e subterrâneos, que impossibilitam o contra-ataque expresso, porque construída sobre alicerces velados, ambíguos, onipresentes. Como vimos com Beauvoir, a mulher é o outro *que se deixa anexar*, o que não ocorre nos demais paradigmas de alteridade.

Perder de vista a identificação pela oposição estabelece um novo paradigma de valor. Se buscarmos a noção de sistema de Saussure, no início deste texto, observamos que a língua significa por um encadeamento de oposições, mas não oposições que se contradizem necessariamente. Saussure coloca que um signo *é o que o outro não é*, mas não que um signo *é o exato equivalente oposto de outro*. Se assim fosse, seriam radicalmente reduzidas as possibilidades da língua, numa hipótese inimaginável para quem conhece a sua infinitude.

Seguindo o processo da desconstrução, Derrida discorda do pensamento feminista que diz que é preciso inverter a hierarquia do gênero. Para ele, o estágio da inversão deve ser rápido e nunca o foco do feminismo. Inverter simplesmente é simplista e inócuo. É preciso, sim, ao inverter, imediatamente deslocar, num movimento conjugado não em direção “a um novo conceito ou a conceitos com novas identidades, mas a um ‘multiplicar de identidades’, o que de fato interessa ao jogo da desconstrução” (RODRIGUES, s/d, p. 78). Assim, “Manter-se num movimento permanente de deslocar-se seria o que o pensamento da desconstrução ao mesmo tempo propõe, instiga e desafia”, e o duplo trabalho que geraria a aliança entre feminismo e desconstrução “inclui tensões e contradições, que no pensamento da desconstrução devem ser assumidas” (RODRIGUES, s/d, p. 79).

O temor de Derrida diante da atitude feminista de inversão sem deslocamento é de que as mulheres, na busca de um *lugar*, afixem-se no tradicional lugar masculino, o que não valeria de nada. Conforme Rodrigues, para Derrida,

recusar-se a estabelecer um lugar para a mulher é um pensamento *nem antifeminista nem feminista*, retomando aqui o jogo do nem/nem que desponta nos indecíveis como a linha de tensão e de significação possível. Pretender não ser nem antifeminista nem feminista é situar-se no âmbito do que não é nem falso nem verdadeiro, **numa tentativa de desorganizar as oposições sem chegar a instituir um terceiro termo, uma “solução”** (s/d, p. 80, grifo meu).

Eliane Showalter é uma crítica que traz uma visão desconstrucionista do antigo conceito de construção da identidade feminina em oposição à masculina. Para ela, as mulheres devem parar de estabelecer parâmetros em relação aos homens, e observarem-se umas às outras, na busca de encontrar o que é seu:

In calling for a feminist criticism that is genuinely women centered, independent, and intellectually coherent, I do not mean to endorse the separatist fantasies of radical feminist visionaries or to exclude from our critical practice a variety of intellectual tools. **But we need to ask much more searchingly what we want to know and how we can find answers to the questions that come from our experience. I do not think that feminist criticism can find a usable past in the androcentric critical tradition. It has more to learn from women's studies than from English studies, more to learn from international feminist theory than from another seminar on the masters.** It must

find its own subject, its own system, its own theory, and its own voice (1981, p. 184, grifo meu).

Showalter defende um modo de crítica feminista que estuda a mulher como escritora; a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas da escrita feminina. Para isso, a autora cunha o termo *gynocritics*:

Unlike the feminist critique, gynocritics offers many theoretical opportunities. To see women's writing as our primary subject forces us to make the leap to a new conceptual vantage point and to redefine the nature of the theoretical problem before us. **It is no longer the ideological dilemma of reconciling revisionary pluralisms but the essential question of difference.** How can we constitute women as a distinct literary group? What is the difference of women's writing? (1981, p. 184, grifo meu).

Chegando ao objetivo principal deste ensaio, é sobre a última questão colocada por Showalter que eu gostaria de tratar: *qual a diferença da escrita das mulheres?* Essa pergunta, como toda artimanha da linguagem, pressupõe uma afirmação: a escrita das mulheres é diferente. E como poderia não ser? Partindo da leitura de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, entre outros textos que descrevem os pormenores da história da mulher, não é possível imaginar a escrita de uma mulher não marcada pelo *ser feminino*. Conforme Showalter,

The concept of *écriture féminine*, the inscription of the female body and female difference in language and text, is a significant theoretical formulation in French feminist criticism, although it describes a Utopian possibility rather than a literary practice. Hélène Cixous, one of the leading advocates of *écriture féminine*, has admitted that, with only a few exceptions, 'there has not yet been any writing that inscribes femininity,' and Nancy Miller explains that *écriture féminine* 'privileges a textuality of the avant-garde, a literary production of the late twentieth century, and it is therefore fundamentally a hope, if not a blueprint, for the future.' **Nonetheless, the concept of *écriture féminine* provides a way of talking about women's writing which reasserts the value of the feminine and identifies the theoretical project of feminist criticism as the analysis of difference** (1981, p. 185, grifo meu).

Aqui se abre um amplo campo de estudo e novas leituras que devo empreender. Muitas mulheres trabalham na busca de identificar o que é *ser mulher* e, para mim, o caminho da análise da escrita feminina é um dos mais profícuos e reveladores. Enquanto o homem sempre escreveu por direito, a mulher escreveu

como forma de subversão. A escrita é uma ferramenta silenciosa e discreta, no entanto, poderosa, quando se trata de libertação, a ponto de Woolf afirmar que

no término do século XVIII promoveu-se uma mudança que, se eu estivesse reescrevendo a história, descreveria mais integralmente e consideraria de maior importância do que as Cruzadas ou as Guerras das Rosas: **a mulher da classe média começou a escrever** (WOOLF, 1967, p. 82, grifo meu).

Por que é importante que a mulher tenha começado a escrever? O que a mulher começou a escrever? Qual a diferença dessa escrita feminina oriunda das quatro paredes, dos fundos de gavetas, do silêncio? Em que pontos ela se une ou se afasta do brado masculino? É importante estabelecer que, como afirmou Derrida, e como de certa forma está presente em Saussure, a *diferença* é o cerne da significação; não a simples oposição binária. Os sentidos se dão nas infindáveis relações de diferenças que se encadeiam sucessivamente, num jogo de rastros que nunca se alcançam. Assim se dá na escrita: por que deveríamos almejar a indiferenciação do rastro, se é pela diferença que significamos? Showalter afirma:

I began by recalling that a few years ago feminist critics thought we were on a pilgrimage to the promised land in which gender would lose its power, in which all texts would be sexless and equal, like angels. But the more precisely we understand the specificity of women's writing not as a transient by-product of sexism but as fundamental and continually determining reality, the more clearly we realize that we have misperceived our destination. We may never reach the promised land at all; for when feminist critics see our task as the study of women's writing, **we realize that the land promised to us is not the serenely undifferentiated universality of texts but the tumultuous and intriguing wilderness of difference itself** (1981, p. 205, grifo meu).

Também Schmidt atesta a necessidade de reconhecer a diferença num mesmo movimento em que se impõe o *escrever-se*: “A literatura feita por mulheres envolve dupla conquista: a conquista da identidade e a conquista da escritura” (1995, p. 187). Para a autora,

Ultrapassados os preconceitos e tabus com relação ao potencial criativo feminino, vencidos os condicionamentos de uma ideologia que a manteve nas margens da cultura, superadas as necessidades de apresentar-se sob o anonimato, de usar pseudônimo masculino e de utilizar-se de estratégias para mascarar seu desejo, **a literatura feita**

por mulheres hoje, se engaja num processo de reconstrução da categoria “mulher”, enquanto questão de sentido e lugar potencialmente privilegiado para a reconceptualização do feminino, para a recuperação de experiências emudecidas pela tradição cultural dominante (SCHMIDT, 1995, p. 187, grifo meu).

É por esse caminho que esta pesquisa segue; o caminho que tem sempre à vista diferenças que não diminuem, excluem ou desautorizam a mulher, mas que lhe conferem o status de outro por inteiro. Um outro não oposto ao homem, nem anexo a ele, mas constituinte dele na forma plena e dialética que a alteridade inflige. A experiência de ser mulher tanto no que diz respeito a aspectos naturais – como a possibilidade da maternidade –, quanto no que diz respeito a aspectos sociais – como a desvantagem de direitos aplicada por milhares de anos, de diversas formas, em quase todas as sociedades – não pode ser anulada por uma escrita pretensamente neutra. Querer não demonstrar sua feminilidade, esforçar-se para esconder o seu gênero é sempre uma tentativa da escritora de igualar-se a uma escrita homogênea, ideal; a escrita pautada pelo paradigma masculino da criação.

Conforme Derrida, a diferença deve ser valorizada, e o cuidado com a linguagem é uma das ações propostas à mulher escritora. Segundo ele, essa prescrição não se refere a transformar a linguagem feminina em emblema de uma causa, mas a desenvolver uma prática textual que valorize a diferença e desconstrua a homogeneidade tida como exemplar:

O enfoque de Derrida da linguagem evitava qualquer expectativa ingênua feminista de que a inclusão simbólica das mulheres pudesse ensejar mudança conceptual significativa ou que a reforma legal da linguagem pudesse assegurar reforma social. **A escritora feminina não faria companhia fálica para a supressão de construções ofensivas superficiais, mas tentaria perturbar as estruturas sintáticas e semânticas que geraram essas construções.** Essa nova "prática textual" feminista é mais bem exemplificada na obra de duas escritoras francesas, Luce Irigaray e Hélène Cixous (NYE, 1995, p. 224).

Entre as críticas feministas, uma que propõe a possibilidade da *escrita feminina* é Hélène Cixous, autora do manifesto que exalta as mulheres a significarem – a *escreverem*:

And why don't you write? Write! Writing is for you, you are for you; your body is yours, take it. I know why you haven't written. (And why I didn't write before the age of twenty-seven.) Because writing is at once too high, too great for you, it's reserved for the great – that is, for "great men"; and it's "silly". Besides, you've writing a little, but in secret. And it wasn't good, because it was in secret, and because you punished yourself for writing, because you didn't go all the way; or because you wrote, irresistibly, as when we would masturbate in secret, **not to go further, but to attenuate the tension a bit, just enough to take the edge off.** And then as soon as we come, we go and make ourselves feel guilty – so as to be forgiven; or to forget, to bury it until the next time (1976, p. 876, grifo meu).

Cixous é efusiva diante da ideia da escrita como estratégia subversiva para escapar da dominação falologocêntrica que se estabeleceu na sociedade e especialmente na cultura escrita. A ideia de escape é tão forte que a autora compara a escrita feminina à masturbação, ato realizado em segredo, tentativa de *despressurizar*. Escrever causa o gozo, mas o gozo é sempre acompanhado da culpa. A língua dominante é masculina, e é *dentro* dela que a mulher se movimenta; mas a língua masculina não é seu berço, é antes o império que a colonizou. Escrever a sua própria linguagem é um ato de liberdade da mulher, mas um ato de liberdade contra o que, de certa forma, é também o seu lar. Conforme Cixous, nossa sociedade fálica trata-se de um lugar:

where woman has never *her* turn to speak – this being all the more serious and unpardonable in that writing is precisely *the very possibility of change*, the space that can serve as a springboard for subversive though, the precursory movement of a transformation of social and cultural structures (1976, p. 879).

Para Nye, Cixous conclama a uma escrita que libertaria a mulher tanto de um papel anexo quanto oposto ao homem e permitiria a ela, enfim, movimentar-se numa liberdade calcada – e não castrada – pela diferença:

Em seu "The laugh of the Medusa", Cixous clamava por uma "écriture feminine", uma escrita feminina que libertasse as mulheres da linguagem masculina governada pelo falo. **Sozinha, diante apenas de uma folha em branco de papel, a mulher escritora escaparia das limitações da lógica e da "propriedade"**. Isenta de pressão e inevitável autoconsciência em qualquer situação real de fala, suas palavras fluiriam. (...) Ao escrever a mulher pode resistir ao papel que lhe é atribuído no simbólico e pensar "entre" as palavras não atada

pelo "mais" e "menos" de categorias oposicionais (1995, p. 224, grifo meu).

Em seu texto-manifesto, Cixous apresenta uma proposta de escrita feminina, que, conforme já citado, para ela, ainda não aconteceu da forma como deve acontecer, em função desse não-lugar entre dentro/fora que a mulher se coloca em relação à linguagem masculina. Conforme a autora,

Women must write through their bodies, they must invent the impregnable language that will wreck partitions, classes and rhetorics, regulations and codes, they must submerge, cut through, get beyond the ultimate reserve-discourse, including the one that laughs at the very idea of pronouncing the word "silence", the one that, aiming for the impossible, stops shore before the word "impossible" and write it as "the end" (1976, p. 886).

Talvez esse seja o passo que complete o deslocamento proposto pela inversão feminista: *a invenção de uma nova linguagem*. Passo, para mim, tão utópico quanto perfeitamente realizável; reflexo do *indecidível* feminino, com o qual nos deparamos ao ler Virginia Woolf e Clarice Lispector, Emily Dickinson e Hilda Hilst. Para Cixous, essa nova linguagem deve ser escrita com o corpo. Mas o corpo feminino também é parte da experiência de ser mulher, e sua diferença se coloca mais social do que biologicamente, em tempos nos quais a mulher conquistou o direito de *dizer não* à dita *natureza* e de quebrar o único elemento passível de ser quebrado na prescrição nascer-crescer-reproduzir--morrer. Obter o controle do seu corpo é uma forma de despertar um novo discurso nas entranhas do discurso dominante. Fazer explodir sua própria e nova linguagem do cerne de uma sociedade falocêntrica também:

If woman has always functioned "within" the discourse of man, a signifier that has always referred back to the opposite signifier which annihilates its specific energy and diminishes or stifles its very different sounds, **it is time for her to dislocate this "within", to explode it, turn it around, and seize it; to make it hers**, containing it, taking it in her own mouth, biting that tongue with her very own teeth to invent for herself a language to get inside of (CIXOUS, 1976, p. 887, grifo meu).

O que me move até aqui é a ideia de que há, sim, uma escrita feminina, evocada pelo pronome *ela*. Nós, mulheres, sempre respondemos ao chamado do *ele*. Sempre nos foi natural sermos denominadas *elas* em auditórios ou em salas de aulas,

em listas de vítimas ou de aprovados. Somos *os* escritores, somos *os* leitores, somos *o* Homem, não influímos pela quantidade. Sempre *eles*; é dispensado averiguar a proporção entre homens e mulheres. Nós sempre nos lemos como *ele* – o *ele* referenciado pela maioria de escritores homens. O homem-autor, *ele*, escreve por todos, homens e mulheres. E nós, naturalmente, nos lemos *nele*:

Não há interlocutor preexistente que use linguagem; há um lugar que já está determinado na linguagem para a entrada do sujeito falante, **lugar que, de acordo com Lacan, e, aparentemente, de acordo com a teoria semântica, é masculino.** A tendenciosidade masculina vai além do próprio vocabulário ou gramática, elementos dos quais podem ser vistos como elimináveis aspectos arcaicos da linguagem. Se a função de falar é masculina, então o mesmo acontece com a constituição de nossa identidade como sujeitos falantes: "É na linguagem e através dela que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem estabelece o conceito de ego na realidade..." Se essa observação do linguista Benveniste é correta, e a subjetividade é modelada na linguagem, então não é de surpreender que seja difícil para a mulher se tornar um sujeito falante. A linguagem não é apenas um ordenamento funcional de sons; é por meio desse ordenamento que se chega a ter uma identidade. **Se essa identidade é masculina, então a identidade da mulher será sempre problemática.** Há mais em jogo que a tentativa linguística de formalizar gênero em normas de concordância. Obedecer a essas normas é ser um sujeito, e esse sujeito, esse "eu", é masculino (NYE, 1995, p. 219, grifos meus).

Agora, pergunto, o que é de *ela*? Para Benveniste, nos colocamos na língua através do ato de atualização ao preenchermos elementos como os pronomes. Essa é *a única forma de significar* – de fazer-se *eu*. O que a mulher ainda não fez em definitivo é apropriar-se do *ela* que lhe diz respeito; o *pronome feminino singular de nós*, rastro da libertação, ao alcance das pontas dos meus dedos que aqui digitam:

A feminine cannot fail to be more than subversive. It is volcanic; as it is written it brings about an upheaval of the old property crust, carrier of masculine investments; there's no other way. **There's no room for her if she's not a he.** If she's a her-she, it's in order to smash everything, to shatter the framework of institutions, to blow up the law, to break up the "truth" with laughter (CIXOUS, 1976, p. 888, grifo meu).

Dessa forma, voltamos ao começo, mas não à estaca zero. Essa necessidade da mulher de se apropriar de *ela* responde pela necessidade de maior cuidado com a linguagem no momento de cumprir essa apropriação; um cuidado que pode ser

denominado *escrita feminina*. A escrita que diz respeito à mulher deve ser peculiar porque construída sobre a valorização da diferença. É um novo momento, em que a homogeneidade não é mais um fim legítimo; é um caminho tortuoso – e traumático – de repressão.

O que fica pendente, e não se desfaz com facilidade, é o estigma de que uma literatura feminina significaria uma literatura menor. Mas por que esse discurso se manteria numa época totalmente dominada pelos estudos culturais, em que se privilegiam, em primeiro lugar, as vozes até então consideradas *menores*? Por que a literatura feminina não ganharia a força da literatura colonizada, negra, africana, latina, oriental, judaica, muçulmana, estrangeira, imigrante, entre tantas?

Talvez porque a diferença da mulher seja *sentida* e até *vivida*, mas não *assumida*; nem por ela, nem por seu outro, visto que os limites entre homem e mulher são dispersos entre tantos outros limites que se impõem à raça humana. Uma diferença assim, então, mais sentida do que palpada, meticulosamente armada, corroborada e sustentada pelo sistema, permanece ilegítima, já que encerrada numa espécie de *mise en abyme* em que, para se legitimar, deve apresentar provas que condigam com o exato sistema que pretende quebrar. É o que afirmam Lúcia Castello Branco e Ruth Silviano Brandão:

A escassa teoria já desenvolvida em torno de uma possível dicção feminina mais complica do que esclarece. Ao tentar definir a ambigüidade e o mistério femininos, que porventura se refletem na produção literária das mulheres, as teorias fazem-se também nebulosas e pouco verificáveis. **Os julgamentos acabam por recair nas esferas do “sentir” e do “presentir”, e tais atitudes nunca mereceram muito crédito perante as sérias e embasadas considerações da crítica tradicional** (2004, p. 97, grifo meu).

Para a autora, descobrir se essa “fala diferente, essa fala do outro, é elemento suficiente para falar numa linguagem feminina, própria das criadoras do ‘outro sexo’” (BRANDÃO; BRANCO, 2004, p. 98) requereria uma pesquisa quantitativa de um considerável número de escritoras. Além de selecionar esse corpus, seria preciso elencar aspectos a serem analisados e comparados. Nesse ponto de prováveis divergências, entrariam as quatro vertentes da crítica feminista, no que concerne à

escrita feminina, citadas por Showalter: biológica, linguística, psicanalítica e cultural (1981, p. 186).

Branco e Brandão apostam numa observação psicanalítica da linguagem feminina:

Talvez a maneira menos agressiva de abordar a questão das relações entre o feminino e a escrita seja também a maneira mais radical: aquela que envereda pelo impossível do discurso, pelos silêncios do inominável, pelos absurdos de uma pré-linguagem que se quer além (ou aquém) do verbo, mas que se quer também comunicação. Vê-se logo que, a partir de tal abordagem, somos irremediavelmente lançados no território do insólito e do invulgar: aqui, exatamente aqui onde se dá a singularidade, busca-se a generalização, a gramática de um discurso que se diz feminino. **E aí nesse território não há como ignorar o entrecruzamento das vozes da psicanálise e da teoria literária – fala-se da morte, do esfacelamento, da fragmentação, do gozo** (2004, p. 145, grifo meu).

O conceito de linguagem feminina trazido por Branco e Brandão pode ser aplicado, segundo a autora, também a textos de autoria masculina que apresentem as características que ela descreve. Em artigo recente, o pesquisador do tema Antonio de Pádua Dias da Silva discute as definições de Branco e Brandão apresentadas na obra *O que é escrita feminina* (1991), e as contrasta com a ideia de escrita feminina defendida por Isabel Allegro de Magalhães em seu *O sexo dos textos: traços da ficção narrativa de autoria feminina*<sup>3</sup> (1995). Silva coloca que a primeira autora destaca como características da escrita feminina “o balbucio, o silabismo, o silêncio, o gutural” (2010, p. 35) e contrapõe à autora brasileira a opinião da portuguesa:

Magalhães (1995) aponta o chamado denominador simbólico como marca fundante desta escrita, que vem a ser definido “**pela forma como as mulheres, condicionadas por elementos fisiológicos, antropológicos, socioeconômicos, culturais, deram respostas aos problemas de produção e de reprodução, material e simbólica**” (SILVA, 2010, p. 38, grifo meu).

---

<sup>3</sup> Edição portuguesa, a qual não tive acesso antes do término desta dissertação.

Conforme Silva, ainda,

Esses elementos não são considerados na noção de escrita feminina proposta por Castello Branco (1991), mas acreditamos que, mesmo não explicitado, essa noção poderia ter incorporado, naquela obra, essas condicionantes, uma vez que **simplesmente o aspecto da *lalia*, conforme já apontamos parágrafos atrás, não abarca o complexo que é essa escrita** (2010, p. 38, grifo meu).

O foco da escrita feminina se volta, a partir das considerações de Magalhães, anotadas por Silva, para um elemento que abarca os quatro modelos descritos por Showalter: a *temática* do texto feminino. Há um consenso entre os estudiosos da escrita feminina sobre a quase impossibilidade de distinção entre as biografias das escritoras e os conteúdos de suas obras. Em seu artigo, Silva traz ser sabido que as experiências de vida das escritoras “constituem o alimento diário das narrativas, dos poemas, das peças dramatúrgicas, dos filmes e de outros gêneros, veículos, suportes e sintaxes que representam ou plasmam o universo das mulheres nos vários contextos sociais e culturais” (2010, p. 36). Tal temática sempre foi considerada *menor* diante dos grandes temas da humanidade sobre os quais discorreram os homens. Entretanto, hoje, de acordo com autores como Magalhães, “o falar de si mesma, dos seus anseios, dos seus medos, das formas de amar, de maternar, de estabelecer relações com o outro do seu afeto, com a Ordem, com as dominantes sociais e culturais **vem a constituir o valor dessa escrita**” (apud SILVA, 2010, p. 36, grifo meu).

Uma análise que tenha como foco a temática da escrita feminina engloba, portanto, os quatro modelos citados por Showalter:

Each is an effort to define and differentiate the qualities of the woman writer and the woman's text; each model also represents a school of gynocentric feminist criticism with its own favorite texts, styles, and methods. **They overlap but are roughly sequential in that each incorporates the one before** (1981, p. 186, grifo meu).

Além disso, a temática da escrita de si concorda, conforme demonstra Silva, ao mesmo tempo com autoras como Cixous, que defendem a escrita do corpo (*body writing*), como não fere os conceitos trazidos por Foucault sobre a morte do autor, visto que a narrativa de si implica “no narrar a própria condição, não a própria vida”

(SILVA, 2010, p. 38). É a função-sujeito exercida pela mulher — e sobre a mulher — na sociedade o que se coloca em palavras.

Essa talvez seja a desconstrução pensada por quem defende a escrita feminina, que não só inverte a hierarquia dos grandes temas literários trabalhados pelo homem como também automaticamente defende e valoriza a diferença apresentada a partir da experiência da escritora como mulher. Para Magalhães, conforme Silva, a escrita feminina se define por esses dois elementos aqui descritos: a temática centrada no universo doméstico, ao qual as mulheres sempre se confinaram; e a linguagem oriunda desse ambiente, “a modalidade oral da língua, fato tornado estilo pelas escritoras, através de um tom ou de uma dicção própria para externar os grandes conflitos desse sujeito” (SILVA, 2010, p. 39).

Silva coloca, enfim, com palavras extremamente bem lapidadas, as consequências que a exclusão das mulheres de um meio criativo androcêntrico infligiu a essa *dicção feminina*, a qual:

demonstra a força que tem na leveza e fluidez da construção morfo-sintático-semântica, a impregnação da oralidade, dos silêncios, dos vazios, das críticas, das brincadeiras, das infantilidades como metáforas para o ontológico e não para o sem sentido ou imaturo; daí os diálogos, as falas quase intermináveis, as analogias aos contextos aos quais sempre foram submetidas e de onde retiraram o aprendizado: a cozinha, o quarto, o sagrado; daí a reivindicação pela companhia do outro, o homem, em todos os sentidos, uma vez que foram educadas para se acomodarem ao ritmo masculino; daí do ritmo prosaico e poético serem ditos diferentes, porque pautados em temas e motivos que esperavam há séculos serem exteriorizados; daí a representação ser dita interior ou filtrada de dentro para fora (contrariando a lógica masculinista que escreve na perspectiva de fora para dentro, fato que não constitui uma forma menor ou inferior de representar, mas difere em ângulo, grau, perspectiva, intenção, intensidade) (2010, p. 39).

Está aí uma proposta de pesquisa a ser efetivada, não por uma pessoa, é claro, mas por um corpo de estudiosos interessados em legitimar a diferença da escrita feminina sem preconceitos ou julgamentos. É um trabalho de peso, que vem sendo realizado por determinadas linhas da crítica feminista, mas que não tem ênfase no Brasil. Os porquês dessa ausência também seriam um ótimo tema de trabalho.

Quanto a mim, limito-me, nesta etapa da carreira acadêmica, a lançar hipóteses e dar os primeiros passos nas veredas das minhas próprias questões, pois sinto que elas ainda renderão pesquisas para os próximos anos.

Partindo do *pressentimento* de uma diferença, encontro-me com teorias em pleno processo de legitimação da escrita feminina, e com elas me instrumentalizo para compreender a minha própria escrita e a escrita que costumo buscar nas escritoras que leio; uma escrita que diz da mulher, de um *ela* em que natural e verdadeiramente me encaixo.

## 7 SEJAMOS ELA

Como compreendo ao final dessa travessia, a questão do feminino, para mim, dá-se essencialmente nas entranhas da linguagem. Por isso busquei Saussure e Benveniste, por isso apoiei Derrida ao lançar a mulher ao reino do indecível. Nunca corroboraria com o sentido negativo de que a mulher é *falta*, é *não*, é *nada*; mas me fascina não estar presa a definições positivas tradicionais ligadas ao masculino. Sei que na condição de mulher, hoje, me *movo*, mas não é, em definitivo, para o espaço do homem que me dirijo.

Ao final, como prenúncio do trabalho que ainda tenho, preciso afirmar que a questão da mulher vai além de tudo que posso descrever. Não há intenção de nos colocarmos como vítimas frágeis de uma tirania masculina, mas é objetivo rever o que foi feito até agora, e a forma como feito: entender, a partir da minha posição numa era que aprendeu o modo foucaultiano de ler a história, os mecanismos do sistema que gerou a sociedade em que vivemos; os porquês do homem se encontrar na ponta mais alta da hierarquia. Não me interessa tanto saber *o quê* os homens tanto falam lá de cima, mas, sim, ouvir o que as mulheres gritam – ou balbuciem - de onde quer que encontrem.

Há alguns textos de *iniciação* para as teorias feministas, e não se pode escapar de Simone de Beauvoir e Virgínia Woolf. São obras fundadoras e corajosas, que já sofreram todo tipo de crítica e foram perseguidas e superadas por suas sucessoras. No entanto, como primeiras leituras, provocam fascínio e despertam para o redesenho do mundo.

Já citei aqui *O segundo sexo* e agora trago *Um teto todo seu*. Nele, Woolf coloca, de início, um aspecto pouco compreendido pelo olhar masculino:

Tudo o que poderia fazer seria oferecer-lhes uma opinião acerca de um aspecto insignificante: a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção; e isso, como vocês irão ver, **deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção** (WOOLF, 1967, p. 8).

A questão da liberdade, tão cara para nós, mulheres, é sempre mal vista pelos olhos de quem usufrui a condição dominante. Embora passe por um detalhe quase técnico, *racional*, aparentemente oposto às carências sempre emocionais do *ser feminino*, uma mulher não pode significar sob o domínio *de quem* ou *do que* quer que seja – não pode escrever sob um teto que não lhe pertença.

Virginia Woolf traça um panorama sobre as escritoras em um *Teto todo seu*. A mulher que escreve, sob seu olhar, despe-se de qualquer romantismo a respeito de fantasias, vidas utópicas e contos de fadas. Ela se estende ao descrever as condições sob as quais as mulheres escreveram, e é chocante descobrir, por exemplo, por que razão o romance é o nosso gênero favorito. A explicação não traz nada relacionado ao sentimentalismo com frequência relacionado às mulheres que escrevem:

No entanto, por alguma estranha força, todas foram compelidas, ao escrever, a criar romances. (...) Se uma mulher escrevesse, teria de escrever na sala de estar comum. E, como se queixaria tão veementemente Miss Nightingale – "As mulheres nunca dispõem de meia hora... que possam chamar de sua" –, ela era sempre interrompida. Mesmo assim, seria mais fácil escrever ali prosa e ficção do que escrever poesia ou uma peça. **Exige-se menos concentração** (WOOLF, 1967, p. 83, grifo meu).

Woolf toma duas autoras exemplares para comparar suas escritas e coloca em pauta mais uma vez a fundamental questão da referência. Sua discussão é acerca de uma das perguntas que embasa esta pesquisa (*ser mulher no mundo real é ser mulher no texto?*) e refaz o meu questionamento:

E na maioria dos casos, é claro, os romances realmente falham em algum ponto. A imaginação tropeça sob o esforço imenso. O discernimento se confunde, já não consegue distinguir entre o verdadeiro e o falso; já não tem forças para prosseguir no vasto trabalho que a cada momento exige o emprego de tantas faculdades diferentes. Mas como seria tudo isso afetado pelo sexo do romancista?, perguntei-me, olhando para Jane Eyre e os outros. **Será que a realidade de seu sexo interferiu de algum modo na integridade de uma romancista**, nessa integridade que considero ser a espinha dorsal do escritor? (WOOLF, 1967, p. 90, grifo meu).

Para responder a si mesma, a romancista confronta a escrita de Jane Austen e Charlotte Brontë com intuito de delinear o quanto *escrever na sala de estar* pode imprimir marcas ao texto. Sobre a autora de *Orgulho e preconceito*, Woolf conjectura:

E, pus-me a imaginar, seria *Orgulho e preconceito* um romance melhor se Jane Austen não tivesse considerado necessário esconder seu manuscrito dos visitantes? Li uma ou duas páginas para verificar, mas não consegui encontrar sinal algum de que as circunstâncias em que ela viveu tivessem causado o menor dano ao seu trabalho. Esse talvez fosse o principal milagre daquilo. **Ali estava uma mulher, por volta de 1800, escrevendo sem ódio, sem amargura, sem medo, sem protestos, sem pregações** (WOOLF, 1967, p. 85, grifo meu).

Mas o que exatamente ela quer dizer com uma mulher escrevendo sem *ódio, sem amargura, sem protestos, sem pregações*? Qual o pressuposto dessa conquista? Em geral, até ali, as mulheres produziam protestos amargos movidos pelo ódio, pregações contra o sexo forte ou, ainda, contra si mesmas? A romancista opõe a Jane Austen uma Charlotte Brontë movida pela frustração de ser mulher numa época em que Jane Eyre não passaria de uma dolorosa ficção:

Poder-se-ia dizer, prossegui, depositando o livro ao lado de *Orgulho e preconceito*, que a mulher que escreveu essas páginas tinha mais talento do que Jane Austen; mas, quando alguém as lê e lhes nota aquele tranco, aquela indignação, percebe que ela jamais conseguirá expressar seu talento integral e completamente. **Seus livros serão deturpados e distorcidos.** Ela escreverá com ódio, quando deveria escrever com tranqüilidade. Escreverá de maneira tola quando deveria escrever com sabedoria. Escreverá sobre si mesma quando deveria escrever sobre suas personagens. **Ela está em guerra com sua sina. Como poderia deixar de morrer jovem, confinada e frustrada?** (WOOLF, 1967, p. 87, grifos meus).

Palavras fortes. Woolf coloca, aqui, que a *sina* de Charlotte frustra a *mulher* Charlotte a ponto de diminuir o talento da *escritora* Charlotte e enredar seu emblemático *Jane Eyre* entre outras obras de autoria feminina (sobre)carregadas desse feminino: “Sentimos nele a influência do medo, assim como sentimos constantemente um azedume que resulta da opressão, um sofrimento sepulto a arder lentamente sob sua paixão, um rancor que contrai esses livros, por mais esplêndidos que sejam, **num espasmo de dor**” (WOOLF, 1967, p. 90, grifo meu). Espasmo de dor é algo que não se pode ignorar quando confrontado a leitura de um texto masculino:

Abri-o. De fato, era delicioso reler um texto de homem. Era tão direto, tão fácil de compreender depois dos escritos das mulheres! Indicava tanta liberdade mental, tanta liberdade pessoal, tanta confiança em si mesmo! **Tinha-se uma sensação de bem-estar físico na presença dessa mente bem-nutrida, bem-educada e livre, que nunca fora impedida ou contrariada, mas tivera ampla liberdade, desde o nascimento, para estender-se da maneira que bem lhe aprouvesse** (WOOLF, 1967, p. 121, grifo meu).

Não é exagero. A nossa cultura falologocêntrica esmaga as mulheres. Muitas não percebem, pois estão entranhadas nela desde antes de conceber-se gente. Mas, para as que *fatalmente se põem a pensar sobre sua condição*, a repressão machuca até fisicamente. Hoje, entre as mulheres com bons níveis de educação, esse efeito talvez não seja tão violentamente sentido. Mas isso é entre essas mulheres, e somente entre elas. Woolf é pontual – e atual – ao afirmar que:

como o romance tem essa correspondência com a vida real, seus valores são, numa certa medida, os da vida real. Mas é óbvio que os valores das mulheres diferem, com frequência, dos que foram estabelecidos pelo outro sexo; isso decerto acontece. E, no entanto, são os valores masculinos que prevalecem. Falando cruamente, o futebol e o esporte são "importantes"; o culto da moda e a compra de roupas são "insignificantes". E esses valores são inevitavelmente transferidos da vida para a ficção. **Esse é um livro importante, pressupõe o crítico, porque lida com a guerra. Esse é um livro insignificante, pois lida com os sentimentos das mulheres numa sala de visitas** (WOOLF, 1967, p. 91, grifo meu).

A autora de *Mrs. Dalloway* sabe que a mudança está ocorrendo – que ocorre desde sua época até hoje. Talvez, como ela propõe abaixo, algumas escritoras realmente talentosas acabem sacrificando arte do seu talento em nome de um uso técnico, racional, da linguagem. Mas este é um caminho a ser trilhado: o abandono gradual da *ânsia de escrever como gesto furioso de liberdade* em troca da *escrita livre*, já posta, já dominada, já sua. *Bem-nutrida, bem-educada e livre*:

A simplicidade natural, a era épica da produção literária das mulheres, talvez tenha passado. A leitura e a crítica talvez lhe tenham ampliado o alcance, aumentado a sutileza. O impulso para a autobiografia terá se esgotado. **Talvez a mulher esteja começando a usar a literatura como uma arte, não como um método de expressão pessoal**. Entre esses novos romances se poderia encontrar a resposta para diversas dessas indagações (WOOLF, 1967, p. 99, grifo meu).

Woolf é esperançosa, otimista e, ainda assim, realista. Em seu texto germina a cultura à *différance* que desenvolvemos desde Saussure até Derrida neste percurso. A verdade é que a educação não cria as diferenças, mas as alimenta e desenvolve, num processo que nem de longe é nocivo à convivência entre os sexos. Talvez os homens se sintam acuados perante a força da autodescoberta feminina, que coloca em risco um título que já nem lembram mais por quais méritos receberam.

Por que, afinal, a nossa sociedade é falologocêntrica? Por motivos que podem ser explicados por uma descrição histórica, mas não mantidos. Homens e mulheres sobrevivem na linguagem a partir da função que desempenham nesse sistema, e seus valores de modo algum são estáticos ou predeterminados; eles surgem no movimento infinito, *sempre outro*. Para Woolf,

Seria mil vezes lastimável se as mulheres escrevessem como os homens, ou vivessem como os homens, ou se parecessem com os homens, pois se dois sexos são bem insuficientes, considerando-se a vastidão e a variedade do mundo, como nos arranjaríamos com apenas um? **Não deveria a educação revelar e fortalecer as diferenças, e não as similaridades?** (WOOLF, 1967, p. 108, grifo meu).

A busca por determinar o que é — ou deveria ser — a escrita feminina transcende uma discussão de gênero e sociedade. Assim como deixou de ser um trabalho radical e em sua maior parte panfletário realizado unicamente por mulheres. A liberdade feminina em realizar-se como alteridade completa — mas não absoluta — implica a liberdade do homem em finalmente deparar-se com um *tu* em iguais condições para dialogar, constituir-se e *significar*. Por seu lado, ao libertar-se do ranço de pertencer a um lado sempre em desvantagem na hierarquia social, a mulher liberta finalmente a sua escrita:

é fatal, para quem quer que escreva, pensar em seu sexo. **É fatal ser um homem ou uma mulher, pura e simplesmente; é preciso ser masculinamente feminina ou femininamente masculino.** É fatal para uma mulher colocar a mínima ênfase em qualquer ressentimento; advogar, mesmo com justiça, qualquer causa; de qualquer modo, falar conscientemente como mulher. E fatal não é uma figura de retórica, pois qualquer coisa escrita com essa tendenciosidade consciente está condenada à morte (WOOLF, 1967, p. 127, grifo meu).

Muitas mulheres pagaram — e talvez paguem — um preço alto por escrever. Gavetas trancadas, pseudônimos, rejeição. Inferioridade em relação aos escritores homens e suas obras. Mas não é assim — *ainda* — em quase todos os setores da sociedade? Mulheres *ainda* ganham menos, *ainda* não têm direito a opinar, *ainda* se circunscrevem ao lar, à maternidade, à vontade do Pai. Mulheres *ainda* são taxadas de frágeis, histéricas, sensíveis. Mulheres *ainda* são vistas — e se veem *ainda* — como objetos sexuais. E o *feminina* que acompanha a *escrita* é adjetivo pejorativo com função de circunscrever quem arrisca inserir-se nele. Para Schmidt,

Em primeiro lugar, se impõe esclarecer que a expressão, tal como é usada hoje, rompe com o sentido atribuído a ela pela crítica literária do século 19 e seus remanescentes nesse século, que identificava escrita feminina como expressão de “uma sensibilidade contemplativa e exacerbada”, “sentimentalismo fantasioso”, “lampejos de histeria”. O resgate do termo “feminino” de um contexto semântico eivado de preconceitos e estereótipos equivale a reescrevê-lo dentro de uma prática libertadora que objetiva tornar visível a expressão do que foi silenciado e colocado em plano secundário em termos culturais, históricos e políticos (1995, p. 188).

O homem continua lá fora e a mulher, em casa. Numa casa que não é sua. Quando sai, quando consegue sair, *quando sacrifica sua natureza feminina para sair*, é num mundo masculino que se lança, e sob esse modelo é que se detêm suas ações. As mulheres que mantêm solitariamente o seu próprio teto continuam pagando caro por ele:

Essas dificuldades materiais eram imensas; muito piores, porém, eram as imateriais. A indiferença do mundo, que Keats e Flaubert e outros homens de gênio tiveram tanta dificuldade de suportar, não era, no caso da mulher, indiferença, mas, sim, hostilidade. O mundo não lhe dizia, como a eles: “Escreva, se quiser; não faz nenhuma diferença para mim”. O mundo dizia numa gargalhada: “Escrever? E que há de bom no fato de você escrever?” (WOOLF, 1967, p. 65).

Falar em *escrita feminina* é falar num movimento de deslocamento que ao mesmo tempo significa e liberta a mulher *como mulher*. Ser feminino é diferente de ser masculino, não o oposto, embora seja nessa relação que homem e mulher signifiquem um ao outro continuamente.

Este é um trabalho que serve de semente, pois é preciso mergulhar na teoria feminista e aprofundá-la com a leitura das obras das escritoras para captar o que elas estão querendo dizer ao *dizer-se* através da palavra escrita.

É um trabalho que faz parte de um projeto maior, que me precede, que *luta* para não permitir que as mulheres se acomodem numa posição inferior nem a corroborem de qualquer maneira.

É um trabalho que se pretende como contribuição para a quebra da homogeneidade artificial que rege nossa sociedade e que se pergunta, assim como Schmidt, “Até quando a escrita de autoria feminina será avaliada por padrões estéticos de excelência pautados na ótica masculina?! (1995, p. 189).

É, ainda, e como não poderia deixar de ser, parte de mim, meu ser significado na escrita, rastro do sujeito que sou, que me faço ao escrever. Há a mulher em cada palavra, há o humano, há o ser de linguagem, que, ao chegar aos seus olhos, *há muito já se desfez*.

Desgarrada.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Aula**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 372 p.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRANDÃO, Ruth Silviano Brandão; CASTELLO BRANCO, Lucia. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

CIXOUS, Helene. The Laugh of the Medusa. Traduzido por Keith Cohen e Cohen Paula. In: **Signs**, v. 1, n. 4 (Summer, 1976), pp. 875-893, The University of Chicago Press. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3173239>

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pelbart. São Paulo: 34, 1997. Coleção Trans.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973. 386 p. Coleção Estudos; 16.

DOVAL, Camila Canali. WWW. EU.BLOG.COM/TU – blogs e a construção da subjetividade através da escrita. In: **Letrônica**, Porto Alegre v.3, n.1, p.235, jul. 2010.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. **A escrita enunciativa e os rastros da singularidade**. Tese de doutorado, área de Análises Textuais e Discursivas, Pós-Graduação em Letras, UFRGS, 2006, Porto Alegre.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. Saussure, Benveniste e a teoria do valor: do valor e do homem na língua. In: **Letras & Letras**, Uberlândia 25 (1) 73-84, jan./jun. 2009.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 6. ed. Lisboa: Veja, 2006. 160 p.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. **O sexo dos textos e outras leituras**. Editorial Caminho, 1995.

MAN, Paul de. **A resistência à teoria**. Lisboa: Edições 70, 1989.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

PERRONE-MOISES, Leyla. Lição de casa. In: BARTHES, Roland. **Aula**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

PLATÃO. **Fedro ou Da beleza**. Tradução e notas de Pinharanda Gomes. 6. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

RODRIGUES, Carla. Alianças e tensões – Desconstrução, feminino e feminismo. In: **Mente, Cérebro & Filosofia**, ed. n° 12, editora Duetto, sem data, p. 75-82.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. Segunda conferência na Universidade de Genebra. In: **Escritos de linguística geral**. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo, Cultrix: 2002. p. 136-142.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (org). **Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995. 191 p. Coleção Ensaio CPG-Letras; 3.

SHOWALTER, Elaine. Feminist criticism in the wilderness. In: **Critical Inquiry**, v. 8, n. 2, Writing and sexual difference, winter 1981, pp. 179-205, The University of Chicago Press. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1343159>

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. Ainda sobre a escrita feminina: em que consiste a diferença? In: **Interdisciplinar**. Sergipe: UFS, ano 5, v. 10, jan-jun de 2010, p. 29-43.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro S. A, 1967.

**PARTE II**  
*Criação ficcional*

**Desgarrada**

(a parte de criação ficcional desta dissertação não está disponível on-line)